



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE JUNHO DE 2022

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Augusto Ernesto Santos Silva](#)

**Secretárias:** Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)  
[Lina Maria Cardoso Lopes](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Helga Alexandra Freire Correia](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de um Deputado do PS.

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) chamou a atenção para a importância do setor da

habitação no desenvolvimento económico do País, tendo criticado a burocracia nos licenciamentos e a fiscalidade neste setor. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Costa](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Márcia Passos](#) (PSD) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Dias](#) (PCP)

































































A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Pisco, antes de mais, quero saudá-lo pelo tema que trouxe, das comunidades portuguesas, e gostaria de abordar duas grandes questões. A primeira tem que ver, precisamente, com aquilo que tem vindo a ser falado, que é a insuficiente rede e a resposta do ponto de vista consular.

De facto, o desinvestimento — que acaba por se traduzir em falta de meios financeiros, materiais e humanos, mas também em desadequação da rede às novas necessidades dos movimentos migratórios — prejudica, e muito, as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Além de Andorra, gostaríamos de perceber quais são os objetivos reais e quais são os compromissos que o senhor aqui quer e pode assumir.

Quero dizer também que nos falou na importância dos simbolismos, de celebrarmos datas que nos unem fora do território nacional, mas os simbolismos não são o suficiente para aprofundarmos o sentimento de identificação, de pertença, de proximidade ao nosso País. É preciso, por exemplo, investimento no ensino da língua, o que também já foi abordado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Assim, à semelhança do que tem feito com outras áreas — criticou quando se introduziram as propinas, mas depois, quando teve poder para as abolir, não o fez! —, queremos saber se o compromisso de redução progressiva de que aqui falou é como o da redução progressiva das propinas no ensino superior, um compromisso que ficou pelo caminho, de que já ninguém se lembra nem está à espera que aconteça.

Portanto, queremos saber se há compromissos concretos ou se podemos concluir que, nesta como noutras questões, continuarão a estar de acordo com a opção do PSD e do CDS.

Relativamente aos manuais escolares, graças à intervenção do PCP e a uma insistência e uma luta muito grandes que foram feitas, conseguiu-se a sua gratuidade no ensino obrigatório. Neste momento, as crianças e os jovens portugueses que residem no estrangeiro estão a ser discriminados porque o PS não quer assumir essa gratuidade.

Estando a preparar o próximo ano letivo, perguntamos se vai reconsiderar esta questão e acabar com a discriminação que vitima as crianças e os jovens portugueses no estrangeiro.

*Aplausos do PCP.*

*Neste momento, assumiu a presidência a Vice-Presidente Edite Estrela.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do Grupo Parlamentar do Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Caro Deputado Paulo Pisco, quero agradecer-lhe pelo tema que nos trouxe. Penso que é, talvez, dos temas onde mais consenso irá existir em termos dos diagnósticos, mas também das soluções que são necessárias.

Quanto ao diagnóstico, concordo consigo em relação às necessidades, ao que é preciso melhorar no sistema eleitoral, no Conselho das Comunidades Portuguesas e, também, no domínio consular, seja em relação à rede, seja em termos específicos dos trabalhadores. Porém, é surpreendente que, ao fim de sete anos de Governo socialista, vá à tribuna falar disso como se fosse um problema que descobriu ontem, quando já o conhece há um bocadinho mais de tempo.

Mas quero, sobretudo, dar-lhe os parabéns, porque, nos últimos anos, tem sido o rosto do Partido Socialista, o seu representante, junto da comunidade portuguesa na diáspora, sobretudo na Europa, círculo pelo qual foi eleito. Quero dar-lhe os parabéns e sei que deve estar orgulhoso pela avaliação quantitativa e qualitativa que deve ser feita em relação a essa comunidade, porque, de todas as comunidades portuguesas, esta foi a que mais cresceu e é a que tem estado a ficar mais qualificada.

Quero dar-lhe os parabéns por isso e gostava que partilhasse connosco qual é, em sua opinião, o segredo para o sucesso do crescimento da comunidade portuguesa em países europeus e, também, para ser mais qualificada.

Poderia dar o exemplo setorial dos enfermeiros, mas, falando em termos de quantidade, só entre 2019 e 2021, houve uma média de 27 000 saídas permanentes, isto sem referir a média de 43 000 saídas temporárias. Falemos também destes dados: em 2020, Portugal foi o país da União Europeia que recebeu o maior valor de remessas, o que é uma coisa fantástica. Dos 3600 milhões de euros — penso eu — recebidos em remessas, recebemos mais de 200 milhões de um país como a Roménia, por exemplo. De facto, são dados impressionantes e, mais uma vez, quero dar-lhe os parabéns por os conseguir.

Para terminar, pergunto-lhe: acha que isto de ser uma comunidade que cresce muito e que é cada vez mais qualificada acontece porque, individualmente, cada um dos portugueses que emigrou o fez por opção ou porque o fez por obrigação?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, faça o favor de concluir.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Irei terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Eles tomaram essa opção por uma questão de liberdade de escolha ou porque não tinham escolha no seu país de origem, que é Portugal?

*Aplausos do IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Moura Soeiro, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Paulo Pisco, conhece, certamente melhor do que eu, as graves lacunas que existem no acesso dos cidadãos portugueses aos serviços públicos no estrangeiro. Lacunas essas que, como não ignorará, têm que ver com a falta de funcionários, com a pouca atratividade das condições da carreira e, também, com problemas que o Partido Socialista não resolveu, como o da desadequação salarial, com tabelas que estão desajustadas às realidades locais.

Todos nós recebemos um comunicado, já evocado, dos trabalhadores dos consulados de Portugal no Brasil, falando, precisamente, da calamidade salarial num dos países em que esta realidade é mais grave, porque o salário é recebido na moeda local e os trabalhadores são prejudicados pelo câmbio e pela inflação galopante.

É, portanto, um problema grave que não foi resolvido, tal como não foi resolvida a ausência de proteção social de trabalhadores que não foram inscritos na segurança social em Portugal, que não têm proteção social nos países onde trabalharam e que estão num limbo de total ausência de proteção.

Mas há também um segundo tópico, que já foi falado e que tem que ver com as propinas.

O Sr. Deputado disse que o Partido Socialista constrói. Então, já era altura de construir uma solução e de acabar com as propinas no Ensino Português no Estrangeiro.

Em 2012, a direita instituiu as propinas no Ensino Português no Estrangeiro e o Sr. Deputado tem sido um crítico, mas a verdade é que, por mais promessas que inscreva nos seus programas, o Partido Socialista não acaba com essas propinas.

Todos sabemos, e estamos de acordo, que o contacto com a língua é uma dimensão fundamental do laço com a cultura portuguesa. Não apenas do laço, mas do enriquecimento da cultura portuguesa e da língua como realidade viva, como realidade plural nas suas expressões, pela própria experiência da diáspora.

Mais do que fonte de receita, o acesso à língua deveria ser um serviço público de acesso gratuito para os cidadãos portugueses que estão no estrangeiro, acabando com a discriminação que existe entre os cidadãos portugueses no estrangeiro e os que cá vivem e acabando não apenas com a propina, mas também com o pagamento dos manuais.

Há uma petição que há de estar para ser agendada neste Plenário e que será uma boa oportunidade para o Partido Socialista cumprir com uma preocupação que vai enunciando, mas em relação à qual não tem sido consequente.



*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pisco.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, aproveitaria para responder em conjunto.

Começava, precisamente, pela dimensão simbólica da evocação das comunidades portuguesas. Independentemente do que possamos referir, a verdade é que foi o Partido Socialista quem trouxe este tema, para o discutir democraticamente com todos os outros partidos, expondo-se à troca, democrática também, de ideias sobre a dimensão daquilo que é relevante para as comunidades portuguesas.

É claro que isto está relacionado com as vertentes tradicionais das nossas comunidades, muito associadas a um conceito tradicional de emigração que tem que ver com o Ensino Português no Estrangeiro, com o atendimento consular e com o movimento associativo. Tudo dimensões absolutamente fundamentais, relativamente às quais temos a obrigação de prover todas as condições para que as nossas comunidades sejam devidamente servidas.

A verdade é que a nossa realidade e a nossa história revelam que temos um País com uma forte emigração no estrangeiro, independentemente das condições. Ao longo de décadas, foram-se enraizando práticas que têm que ver com a própria rede que se criou e que facilita toda esta saída atual de portugueses.

Quando temos uma população bastante qualificada, a nível da União Europeia, é claro que, eventualmente, isso também se irá refletir nas comunidades que estão no estrangeiro, mas há uma questão que temos de levar em consideração: o primeiro direito é aquele que cada cidadão tem de ficar no seu país, mas não se pode limitar ninguém na sua liberdade de sair. Daí haver todos aqueles que saem porque querem experimentar e ter novas experiências, e isso tem de ser levado em consideração.

Relativamente ao que tem feito ao longo destes sete anos, o Partido Socialista tem vindo a resolver problemas. Até 2017, estávamos em perda relativamente a funcionários consulares, mas, a partir desse ano, passámos a ter um saldo positivo e, atualmente, estão abertos concursos para contratar mais de 100 funcionários consulares.

É claro que teremos de vencer as dificuldades que decorrem do próprio estatuto remuneratório dos funcionários consulares, que deixou de ser atrativo com a alteração feita, em 2013, pelo PSD. Estamos empenhados nessas alterações e estamos empenhados nas alterações relativamente ao estatuto profissional.

A questão das remessas é também algo inerente a todas as comunidades migratórias que existem, onde quer que seja, e tem muitas razões. Uma dessas razões é a de que os portugueses, muito particularmente os que residem na Europa, confiam no seu País, sendo que já todos percebemos que grande parte desses 3,6 mil milhões de euros são de remessas oriundas da Europa e têm como traço comum o facto de serem enviadas por cidadãos que ora estão nesses países, ora estão em Portugal.

Temos um trabalho a fazer, tanto junto das nossas comunidades como aqui, na nossa sociedade, no sentido de eliminar preconceitos, de alterar estruturas, de adaptar melhor as condições para recebermos os portugueses residentes no estrangeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Termina já, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Aquilo que nos diz, por exemplo, a informação sobre o Programa Regressar é que uma boa parte — mais de metade — dos que regressam ao abrigo deste programa...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Quantos é que já regressaram?!

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — ... são jovens que saíram nos últimos anos, com formação e qualificação superiores, o que significa que o nosso País tem essa atratividade que há pouco foi negada pelo Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para fazer uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Coelho Lima, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nesta declaração política, o PSD traz uma reflexão que pretende estender àquela que tem ocupado grande parte das demais declarações políticas a que assistimos.

Os últimos dias têm sido particularmente difíceis para a imagem do Estado português, para a imagem do País, com o absoluto caos na saúde a que temos assistido — uma demonstração da navegação à vista que caracteriza este Governo —, mas a verdade é que, se achamos que os nossos hospitais estão a dar um mau exemplo de organização e de preparação, também naquele que é o primeiro contacto do estrangeiro com o nosso País a situação dificilmente poderia ser pior.

Os nossos aeroportos, particularmente o de Lisboa, têm sido a face visível da desorganização e da desorientação por que passa o nosso Governo.

O aeroporto de Lisboa é, devo dizer, um modelo da forma de gestão deste Governo. Parece que o problema daquilo a que temos assistido — horas intermináveis, com centenas e centenas de pessoas à espera, durante um dia inteiro, para serem atendidas — está na circunstância de o aeroporto ser agora demasiado concorrido.

É um problema fantástico, devo dizê-lo! Mas aquilo que tem de se perguntar ao Governo e a todos nós é isto: alguém ficou surpreendido por ter aumentado a afluência ao aeroporto de Lisboa e aos aeroportos portugueses? Será que o Governo não foi informado de que a pandemia está a terminar e de que seria — sei lá! — expectável que a afluência aos aeroportos aumentasse? Não era isso que queríamos? Não era suposto que se verificasse o aumento de turistas no nosso País? Não deveríamos estar preparados para isso?

Será que o Governo não sabe, diariamente, qual a quantidade de voos que aterram em Portugal — os que vêm amanhã, depois de amanhã e na próxima semana — e as suas proveniências? Será que não sabe?! É claro que sabe tudo isto.

Tudo o que está a acontecer no aeroporto de Lisboa era previsível para toda a gente, menos para o Governo. E qual é a resposta do Governo nesta matéria? É a habitual, um plano de contingência. Muito bem! É a resposta-padrão: «Não sabíamos o que era óbvio para toda a gente, não nos preparámos minimamente para esta situação, mas vamos desenrascar-nos de alguma forma.»

Então, em que consiste este plano de contingência? Desde logo, em reforçar o contingente disponível de funcionários e agentes do SEF — todo ele — para os aeroportos portugueses e, também, em recrutar agentes da PSP (Polícia de Segurança Pública) para as boxes de receção aos turistas e aos estrangeiros que nos visitam. Muito bem!

Como assim, recrutar o contingente disponível do SEF, se ele foi reduzido em um quinto, nestes últimos meses, por causa da intervenção que o Governo está a fazer?

Como assim, recrutar os agentes do SEF, se são já intermináveis as filas na regularização e na renovação das autorizações de residência, e se toda a gente for para os aeroportos ainda vai ser pior?

Como assim, diga-se, recrutar a PSP para os aeroportos, se foi esta a resposta dada hoje pela PSP: «A Associação Sindical dos Profissionais de Polícia anunciou ontem que vai realizar, em julho e agosto, protestos nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro para sensibilizar os turistas para os problemas da PSP»?

Ou seja, isto dificilmente poderia ser pior. A manta é curta e quando se tapa a cabeça destapam-se os pés.

Mas, melhor do que tudo isto, é a solução final do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, também veiculada nas notícias de hoje: «Ministro admite recusa de voos em Lisboa em 2023.»

Aqui está a típica resposta socialista. Depois do desenrasque, só mesmo a medida infalível de deitar a toalha ao chão como forma de resolver estas situações.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tudo isto acontece porque está pendente — e a expressão é esta! — um processo de extinção do SEF, que também está a ser feito de modo exemplar. Primeiro, separaram-se as entidades administrativas e as policiais e criou-se o SEA (Serviço de Estrangeiros e Asilo), como foi batizado. Tão depressa

foi batizado como lhe foi dada a extrema-unção. Agora já é APMA (Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo) — mudámos de opinião!

O SEF era suposto ter sido extinto — foi extinto, em novembro de 2021 — em 60 dias. Pois, em 60 dias, foi logo adiada a entrada em vigor dessa legislação e, 180 dias depois, foi novamente adiada a entrada em vigor desta legislação. Dificilmente conseguiremos dar maior prova de desorientação nesta matéria.

Mas há mais: a fiscalização dos terminais de cruzeiros. O que estava definido na lei era que as fronteiras terrestres e as marítimas eram da GNR (Guarda Nacional Republicana), as fronteiras portuárias e aeroportuárias eram da PSP. Era assim... mas não! Agora, os terminais de cruzeiros estão a cargo da GNR e com uma justificação lapidar, que cito: «Comandante-Geral da GNR previa dificuldade de coordenação operacional, sublinhando que esta solução contrariava os normativos do modelo de gestão integrada de fronteiras assumidos por Portugal na União Europeia.» — um puxão de orelhas vindo diretamente do Comandante-Geral da GNR.

De facto, este processo não poderia ser mais exemplar.

*Aplausos do PSD.*

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, para concluir, neste tema, aquilo que se pede ao Governo é humildade. Pede-se-lhe para repensar. Não se lhe pede, sequer, que recue, porque só se recua de uma linha linear e esta linha é tudo menos linear, é às curvas e contracurvas, com tropeços.

*Aplausos do PSD.*

Um processo que começou mal tem tudo para acabar ainda pior. Em nome do superior interesse nacional e daquilo que interessa ao sistema de segurança interna, o que se pede é que o Governo possa rever esta situação e que aproveite as diatribes em que se viu envolvido para repensar a extinção do SEF e fazer as coisas como devem ser feitas.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, a Mesa registou três inscrições para pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — A todos em conjunto, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Muito bem.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, mais do que fazer uma pergunta ao Sr. Deputado André Coelho Lima, é altura de fazer uma reflexão.

Estamos numa situação caótica. Como o Sr. Deputado disse — e muito bem! — do alto daquela tribuna, temos caos nos hospitais, caos nos aeroportos e, acrescento, caos na segurança do País.

Reparem que as notícias das últimas semanas, que agora são quase ocultadas por tudo o que se passa nos hospitais, são notícias de facadas, de agressões por gangues de jovens de 15 e 16 anos, de mortes à porta das discotecas, de mortes em festejos do futebol, de polícia agredidos em vários pontos do País, de norte a sul. Isto é o que se está a passar no nosso País neste momento.

Há caos nos hospitais e, ainda hoje de manhã, um bebé nasceu dentro do carro dos pais, à porta do hospital de Faro. É isto que o Partido Socialista tem a dar, é este o SNS do Partido Socialista e também do Bloco de Esquerda e do PCP.

Aliás, este debate tem sido bastante interessante, porque, além dos passarinhos que passam por cima de nós tanta vez, vimos arrufos de namorados. Isto faz lembrar os casamentos de Santo António, mas que duram pouco. Vimos, por exemplo, o arrufo do Bloco de Esquerda e do PCP com o PS que durou seis anos, portanto

ainda durou alguma coisa. Mas o arrufo entre o Iniciativa Liberal e o Bloco de Esquerda durou muito pouco porque, ao fim e ao cabo, disputam o mesmo eleitorado, querem mais ou menos a mesma coisa.

O Sr. Deputado falou — e muito bem, também — do SEF. Sr. Deputado André Coelho Lima, a pergunta que lhe faço é muito direta, a saber: o PSD concorda, como o Chega tem reclamado várias vezes, que o SEF não seja extinto? Que solução é que o PSD tem para o País e para a não extinção do SEF?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alma Rivera, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Coelho Lima, saúdo, naturalmente, o tema que nos traz, até porque tudo isto era mais do que previsto e anunciado. A verdade é que só não se impediu porque não se quiseram tomar as medidas necessárias, respondendo às denúncias que foram feitas pelas organizações dos trabalhadores e pelas diversas entidades que trabalham nos aeroportos. Só não foi assim nos últimos dois anos porque tivemos a pandemia.

Esta situação tem muitos responsáveis e, curioso, espantoso ou não, o primeiro é o PSD, quando privatizou a ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) e a entregou à Vinci, subjugando os interesses nacionais aos interesses dessa multinacional. Isso fez, desde logo, com que as instalações nunca fossem adequadas e aquele que era o passo necessário, a construção do novo aeroporto de Lisboa, fosse bloqueado simplesmente porque isso não compensa financeiramente esta multinacional.

Recordo que havia terreno, havia capital, havia aval ambiental e havia até um consenso alargado para se avançar com o novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete. Assim não foi porque PSD, PS e Vinci não foram capazes de pôr o interesse nacional à frente dos lucros das multinacionais e dos grupos económicos, algo a que vamos estando habituados também.

A isto tudo acresce um novo problema que foi criado para dar uma resposta a uma situação triste e lamentável que tivemos, mas que foi pior a emenda que o soneto: o Governo anunciou o desmantelamento do SEF, misturando dois assuntos que não devem ser misturados. Um é a separação das funções policiais e das funções administrativas, outro é a extinção do SEF. Uma coisa não tem nada a ver com a outra e não convém aqui baralhar e confundir a discussão.

Tudo isto junto, ou seja, a privatização da ANA, a desadequação também das instalações, mais uma situação de falta de efetivos, que é mais do que conhecida e denunciada, a crescer à instabilidade criada pela extinção do SEF, levou-nos a esta situação.

Portanto, a pergunta que lhe deixo é se reconsidera as opções do PSD para poder responder à situação e ao caos que existe hoje.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Amador, do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Coelho Lima, trouxe-nos hoje um tópico muito importante, a administração interna, a qual, há pouco tempo, teve até o desafio do Sr. Ministro no sentido de a tratarmos com elevação, com serenidade, olhando para um novo conselho estratégico de segurança humana à luz daquilo que são as ameaças globais que atravessam o mundo.

No entanto, aquilo que ouvi desta tribuna, Sr. Deputado André Coelho Lima, foi tudo menos serenidade. Foi tudo menos construção. Foi tudo menos diálogo. Foi tudo menos vontade de acrescentar. E foi, sobretudo, um discurso, se me permite, com o respeito que tenho por si, que é muito, algo maniqueísta, porque, ao abordar a questão do aeroporto de Lisboa e das filas a que todos assistimos durante o fim de semana e que lamentamos — lamentamos sempre que há filas e que há espera e que não há um bom serviço que desejamos que seja sempre melhor —, fá-lo de forma muito incompleta.

É importante também perceber, e o SEF também o referiu, que o contexto e a época em que vivemos está a criar constrangimentos em todos os aeroportos. Vimos notícias de uma greve no Aeroporto Charles de Gaulle que cancelou um quarto dos voos. No *The Guardian* diz-se que os passageiros enfrentam grandes demoras, grandes delongas no Aeroporto de Gatwick. Igualmente em Espanha, são noticiadas filas enormes de pessoas, à espera. A mesma coisa acontece na Holanda, em Schiphol, na Alemanha, nomeadamente nos balcões da Lufthansa, e por aí fora. Tudo isto nos últimos fins de semana. Ou seja, as últimas semanas, e os últimos dias em particular, têm criado pressão e constrangimentos em todos os aeroportos europeus.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Portanto, este problema não é um problema nacional. É um problema europeu e que tem que ver com o afluxo maciço de pessoas.

Não podemos dizer que aqui há desnorte de Portugal ou que isto se deve à reestruturação do SEF, porque, então, há desnorte de todos os Governos, na Inglaterra, em França, em Espanha, na Holanda, nos Estados Unidos e por aí fora.

*Aplausos do PS.*

Todos os Governos estão desnorteados e todos têm um problema de reestruturação do SEF! Portanto, não podemos confundir aquilo que não pode ser confundido.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O SEF está a ser gerido muito mal no Reino Unido.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Nesta época, há sempre esta pressão, mas não se ficou a assistir a isto de forma impávida.

Há um plano de verão, que se iniciou já no mês de junho, e que, devo dizer, Sr. Deputado, não só reforça os recursos humanos do ponto de vista do SEF — 25 inspetores —, como reforça algo que não referiu e que tem que ver com novas soluções tecnológicas com mais inovação no que diz respeito às *gates*. As *gates* agora também conseguem receber os passageiros dos Estados Unidos e do Canadá, que representam 25% dos embarques nas últimas semanas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Portanto, há um trabalho a vários níveis, nomeadamente de recursos humanos, a nível tecnológico e de soluções inovadoras. Não vão fazer desaparecer as filas, mas elas vão diminuir.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Coelho Lima, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começaria precisamente, se não se importassem, por responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Amador, só para fazermos um esclarecimento prévio.

O respeito que tem por mim é o mesmo que tenho por si, portanto, vou fazer de conta que não ouvi que utilizou a expressão «ausência de civilidade» relativamente à minha intervenção. Falar em ponderação, aceito, pois está dentro do que são os limites do debate, civilidade, compreenderá que não aceite.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Amador** (PS): — Não usei essa expressão!

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Em todo o caso, vou responder à substância daquilo que me diz: este é um problema que não é exclusivo do País, é transversal a outros países europeus. Essa é, em suma, a sua intervenção.

Não vou contestar o que diz, porque há problemas noutros aeroportos, é verdade, mas estamos aqui a tratar do nosso, ainda não estamos no Parlamento Europeu nem nos Parlamentos dos outros países.

Porém, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho de lhe responder com uma pergunta: se é assim como diz, para que é que foi necessário um plano de contingência? Se estava tudo preparado, se não foram surpreendidos, para que é que se faz o reforço do contingente do SEF para os aeroportos? Porque é que se faz o recrutamento da PSP para os aeroportos? Porque é que o plano é de final de maio? Sabe de que data? Eu vou recordar-lhe: é da data da primeira enchente no aeroporto de Lisboa.

Portanto, esta é a maior prova de que nada disto estava preparado. Ainda que ninguém estivesse preparado em toda a Europa, também não havia preparação aqui. Isto é claro!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Susana Amador.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Alma Rivera, do PCP, resumidamente, considera que é a privatização — e a Vinci — a responsável por tudo isto e volta para 2013. Já ouvi, há pouco, que o problema era da legislação de 2013, que está quase a fazer 10 anos.

*Protestos da Deputada do PCP Alma Rivera.*

Aquilo que tenho a dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem que ver com o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse: privatizou-se e as instalações nunca foram as adequadas. Uma das coisas mais importantes para nós na nossa vida é o pão, mas padarias são privadas. As instalações são desadequadas por serem privadas?

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Onde é que está o aeroporto?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O aeroporto é o aeroporto, o papo-seco é o papo-seco!

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe o que sucede no resto da Europa? Em toda a Europa, estas instalações são públicas?! São, não são?! É essa a resposta?

Não é essa a resposta. O PCP, em vez de pegar no tema central, o SEF, que é um tema no qual o PCP esteve sempre do lado certo da barricada, foi à procura de arqueologia política para ir buscar diferenças ideológicas. Mas aqui não vêm bater à porta certa, porque estamos a discutir o problema de hoje, do verão de 2022, e da impreparação deste Governo para o verão que era expectável que tivesse a quantidade de pessoas que tem.

*Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Por último, o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, fez, como disse, um conjunto de considerações e só tenho de lhe dar um esclarecimento, se me permite. O Sr. Deputado perguntou se o PSD acompanha o Chega. Penso que queria fazer a pergunta ao contrário: se o Chega acompanha o PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não!

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — É que, se há matéria em que o PSD está na linha da frente, é nesta, não só na dialética, mas com propostas concretas sobre como manter o SEF em funções.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje é um dia particularmente curioso face ao que vivemos. O Serviço Nacional de Saúde está em profundo caos e desagregação e o Partido Socialista traz-nos o tema das comunidades.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Faz sentido! Se pensarmos, faz tanto sentido como fez, na altura em que tivemos de repetir as eleições no círculo da Europa, o Partido Socialista trazer o tema da saúde ao debate no Parlamento.

*Aplausos do CH.*

*Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Berta Nunes.*

É um partido sempre em ciclo com os temas atuais que interessam ao País.

Claro que o Iniciativa Liberal, em grande manifestação de carinho para com o Partido Socialista, entendeu também que a saúde não era um tema relevante. Era melhor falar de outras coisas, como do arrendamento. De facto, acendemos a televisão hoje e toda a gente vê falar de arrendamento. De norte a sul do País se discute arrendamento! Nos cafés, e em todo o lado, se ouve a palavra «arrendamento», «arrendamento»! É em todo o lado!

*Aplausos do CH.*

O PSD, claro, sempre naquela lógica de ter um pé dos dois lados do campo, veio falar-nos de administração interna, ao mesmo tempo, com um toque, aqui e ali, na saúde.

Ouvir o Sr. Deputado André Coelho Lima dizer que o PSD é que acompanha o SEF e que o Chega é que deve acompanhar o PSD nessa matéria, se não fosse uma brincadeira, seria uma tragédia.

Sr. Deputado, se houve um partido nesta Câmara que lutou pelos polícias que nos defendem, que lutou pelo SEF quando o PSD deu as mãos ao PS, foi o Chega. Nunca foi o PSD nem foi o Partido Socialista.

*Aplausos do CH.*

Mas, Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, devemos fazer a crónica dos últimos cinco dias deste País.

A 10 de junho, era noticiado que uma grávida perdeu o seu bebé no hospital das Caldas da Rainha, mas o PS achou que hoje devíamos falar de comunidades.

A 11 de junho, encerrou a urgência obstétrica no Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, e o PS achou que devíamos falar de comunidades.

A 12 de junho, o serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia de Braga foi encerrado por falta de profissionais de saúde, mas o PS entendeu que hoje era dia de falar das comunidades.

A 13 de junho, encerraram as urgências de ginecologia e obstetrícia dos hospitais de S. Francisco Xavier, em Lisboa, e do Barreiro/Montijo, desde as 20 horas até às 8 horas do dia seguinte.

No dia 14 de junho, as urgências de obstetrícia do Hospital Garcia de Orta estiveram encerradas desde as 20 horas até às 8 horas do dia seguinte e o serviço da Unidade Hospitalar de Portimão, que tantas vezes já tinha estado encerrado, esteve encerrado até ao dia 20 de junho, e cito, para «assegurar dificuldades nas escalas no bloco de partos».

Mas tudo isto é pouco importante para os partidos que aqui estão e para a Sr.<sup>a</sup> Ministra, que não sabemos onde anda e que foge aos jornalistas enquanto entra no carro. Tudo é mais relevante do que falar de saúde no dia em que, no País inteiro, nas televisões, as notícias todas são sobre saúde.

*Protestos da Deputada do PS Berta Nunes.*

Ao contrário dos vossos partidos, o nosso não tem medo. Estamos aqui para falar de saúde e é disso que queremos falar aos portugueses.

*Aplausos do CH.*

Na sexta-feira, quando estivermos nesta Sala, a pedido do Chega, para fazer um debate de urgência — que ninguém mais achou relevante, só o Chega achou importante obrigar um membro do Governo a vir ao Parlamento esta semana e não daqui a duas ou a três —, à hora em que estivermos aqui a discutir, Srs. Deputados, as urgências de Portalegre, de Elvas, de Ponte de Sor vão estar encerradas para grávidas.

Se, mesmo com isto a acontecer, acham mais importante estar a discutir outra coisa qualquer, quando os portugueses não têm o mínimo acesso à saúde nos dias de hoje, estão muito enganados em relação ao País em que vivem e àquilo que os portugueses querem dos políticos.

António Costa está fora e disse que não falava de política nacional no estrangeiro. Gosto do estadista António Costa que, há dois meses, no estrangeiro, falou de vários problemas da justiça em Portugal e dos metadados, mas acha agora que, no estrangeiro, não se deve falar de política nacional.

Esse António Costa que acusou Pedro Passos Coelho de ter convidado todos a emigrar é o mesmo que não veio aqui responder ao Parlamento sobre porque é que o número do ano passado de emigração de médicos foi o mais alto desde 2016. Sim, Srs. Deputados, o número de médicos que emigrou no último ano foi o número mais elevado desde 2016, mas o PS acha que é mais importante falarmos de comunidades! Compreendo, porque este tema da saúde não é muito fácil.

O PS e a extrema-esquerda enchem a boca para falar do Serviço Nacional de Saúde gratuito, universal e de um serviço adequado e próspero para todos. Mas o que têm gerado não é um serviço de saúde para todos, é um serviço de pobres para pobres e que está absolutamente degradado. É isso que têm gerado nos últimos anos em Portugal com a vossa política de esquerda.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, o nosso Serviço Nacional de Saúde não está mais perto do alemão, nem está mais perto do britânico, está mais perto do da Venezuela e da Bolívia e isso deve-se a uma maioria absoluta socialista e aos seus apêndices de extrema-esquerda que levaram o País ao estado em que está.

*Aplausos do CH.*

Podíamos, pelo menos, dizer isto: é barato, mas funciona! Podíamos, ao menos, dizer que é barato e que não temos assim tanto desperdício, mas os números mostram o contrário.

Sim, Srs. Deputados, os últimos seis Orçamentos, alguns aprovados pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP, pelo PEV e pelo PAN, permitiram que hoje haja um desperdício na saúde — e vou dizer-vos para que não haja erros — de 1000 milhões por ano. Mil milhões por ano, proporcionalmente, envergonham qualquer país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Por isso, expliquem aos portugueses como é que podem não ter urgências abertas, como é que podem não ter os hospitais e os centros de saúde abertos, mas ter 1000 milhões por ano gastos em desperdício, em fraude e em corrupção. Isso só tem uma marca, é a marca deste sistema, que trouxe o Serviço Nacional de Saúde até onde ele está hoje.

Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, não vamos conseguir resolver o problema dos concursos e da falta de profissionais de saúde em três ou quatro meses. Porém, devíamos conseguir que o serviço privado ou social garantisse, a quem não é atendido no Serviço Nacional de Saúde, a quem está à espera há dois, três e quatro anos, a quem vai a uma urgência e está fechada, o serviço médico necessário, com o apoio e a comparticipação do Estado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.



O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Temos de deixar de lado a ideologia e olhar para os portugueses que estão sem serviços de saúde. Vamos, por um dia que seja, dizer que, se o Estado falha, há outros que podem prestar esse serviço sem ideologia e sem querer dizer aos portugueses que somos melhores do que eles, mas, sim, que estamos aqui por eles. Isto porque, no final de contas, não há outra razão para estarmos aqui, senão pelos 11 milhões de portugueses que votam e que são democratas em Portugal.

*Aplausos do CH, de pé.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, a Mesa regista duas inscrições para pedidos de esclarecimento.

Presumo que queira responder em conjunto, pelo que, para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Coelho Lima, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado André Ventura, uma vez que a sua intervenção foi proclamatória, pedi a palavra para que haja alguns limites na sua alta recreação.

O Sr. Deputado disse que quem lutou pelo SEF, quando o PSD deu as mãos ao PS, foi o Chega, pelo que pedi a palavra para lhe dar a oportunidade de repor a verdade ou de se retratar, uma vez que isso não corresponde à verdade.

Por muito que nos entusiasmemos connosco próprios, nas intervenções que fazemos da tribuna, não estamos a falar só para os vídeos que pomos no *YouTube*. Temos de ter alguma obediência à verdade naquilo que estamos a dizer.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado, às vezes, há diferenças de rigor, mas aqui não há diferença de rigor nenhuma, o que disse é apenas falso. O PSD, desde a hora número um, é contra a extinção do SEF. Desde a hora número um, ainda o Sr. Deputado era Deputado único — agora os senhores estão sempre com comentários jocosos em relação aos Deputados únicos esquecendo-se de quando o eram —, o PSD, nessa altura, não só era contra como apresentou uma alternativa reclassificando o SEF, transformando-o de serviço de segurança em força de segurança. Propúnhamos uma resposta clara, valorizando o SEF, valorizando os seus profissionais com alterações legais que, com certeza, o Sr. Deputado não desconhece.

Contudo, o Sr. Deputado dizer na tribuna — sem ser apenas para si próprio, porque não é! — que é só para rir que o PSD diz que esteve sempre contra a extinção do SEF obriga da sua parte a uma retratação, porque isso não é verdade. Essa foi a posição do PSD, desde a primeira hora.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, do Grupo Parlamentar do Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado André Ventura, noto, com um sorriso, que o Sr. Deputado passou metade do seu tempo a criticar o facto de os outros partidos não terem falado sobre um determinado tema, quando o próprio Sr. Deputado passou 3 ou 4 minutos apenas a falar sobre o tema de que os outros partidos não falaram, o que é de uma importância brutal.

*Risos de Deputados do PS e do PSD.*

Deixe-me dizer-lhe que, sim, as pessoas preocupam-se com a habitação, que foi o nosso tema, e, mais, que a altura para falar sobre os problemas é quando eles podem ser resolvidos, quando eles podem ser antecipados. Este problema que estamos a ter hoje com a saúde era um problema do qual devíamos ter falado há seis meses,

há um ano e há dois anos. E há dois anos nós estávamos a falar disto, há um ano estávamos a falar disto, há seis meses, em campanha eleitoral, este foi um dos nossos principais temas.

Temos no nosso programa eleitoral 120 páginas dedicadas à reforma do sistema de saúde, temos 10 vezes mais conteúdo só sobre saúde do que o Programa Eleitoral do Chega todo, completo.

*Aplausos do IL.*

*Protestos do CH.*

Portanto, falamos sobre os temas quando eles podem ser resolvidos, repito, nós falamos quando os temas podem ser resolvidos.

Portanto, Sr. Deputado André Ventura, diga-nos, então, onde é que está o seu programa para a saúde, o seu modelo de saúde alternativo, diga-nos onde está para o irmos ler. Isto porque nós temos um programa, já o apresentámos, já o defendemos várias vezes. Onde é que está o vosso? Onde é que está o vosso modelo que teria evitado este tipo de problemas?

*Aplausos do IL.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela). — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado André Coelho Lima, percebo o seu constrangimento em pedir a palavra para pedir esclarecimentos sobre uma declaração política do Chega, porque, como o *Expresso* noticiou, houve um acordo entre o PSD e o PS para não fazerem perguntas ao Chega.

O Sr. Deputado deve ter pedido autorização ao Deputado Mota Pinto, que não está cá hoje. Se calhar, ligou-lhe e disse-lhe: «Paulo, posso falar hoje sobre isto do André Ventura, ou não?»

*Aplausos do CH.*

Portanto compreendo o seu constrangimento para falar sobre isto!

Já o PS foi um exemplo típico: ficou em silêncio para evitar mais constrangimentos, porque o seu líder parlamentar está aqui hoje e está muito atento a esta discussão.

Sr. Deputado André Coelho Lima, o que disse foi que o PSD não esteve ao lado do SEF quando era preciso estar e vou dizer-lhe quando. Lembra-se de quando, infelizmente, morreu um ucraniano nas instalações do SEF? O PSD permitiu aquela que foi a narrativa do PS e do Bloco de Esquerda de que o SEF devia ser globalmente punido por um incidente que tinha acontecido. E eu só vi na rua um partido, que foi o Chega, o PSD esteve em silêncio.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Isso é falso!

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Está a aldrabar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Naquele dia mais dramático, Sr. Deputado, não foi o PSD que nós vimos na rua!

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Vá aldrabar para casa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o Chega que vimos na rua!

O PSD esteve em silêncio ao lado do PS e ao lado do Bloco de Esquerda, a permitir que esta criminalização coletiva acontecesse.

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, já agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, também, o seguinte: quando o Chega apresentou propostas para aumentar salários das forças de segurança e subsídios de risco, não foi ao lado do Chega que o PSD votou, foi ao lado do PS.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Coelho Lima** (PSD): — Está a mudar de assunto!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado, nós não levamos lições de ninguém sobre o tratamento e proteção das nossas forças de segurança e o senhor vai sempre perder esse debate sempre que o quiser travar connosco.

Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, percebo que talvez não tenha entendido a intervenção que eu aqui trouxe, mas eu queria precisamente chamar a atenção. Se o Sr. Deputado acha que, numa semana em que morre um bebé num hospital, este não é o tema que o Parlamento deve discutir, então, o Sr. Deputado é que está mal no Parlamento, não sou eu.

Peço-lhe imensa desculpa, mas o Sr. Deputado é que não está muito bem no Parlamento.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não é o Chega que decide quem está bem no Parlamento e quem não está!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, já agora, Sr. Deputado, vou relembrar-lhe qual é o programa do Iniciativa Liberal...

**Vozes do IL:** — É do Chega! Não é do Iniciativa Liberal!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado ainda não estava cá, mas estava cá o seu líder, o seu ainda líder, João Cotrim Figueiredo, mas eu vou recordar-lhes: o Chega propõe aumentar salários para os profissionais de saúde, o Iniciativa Liberal vota contra; o Chega propõe mais investimento nos centros de saúde e nos hospitais, o Iniciativa Liberal vota contra; o Chega propõe reajustar a idade de reforma dos enfermeiros, o Iniciativa Liberal vota contra!

*Protestos do IL.*

Por isso, vir aqui dizer que tem programa para a saúde, Sr. Deputado, e vir falar do programa do Chega...

*Aplausos do CH.*

Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado, o Iniciativa Liberal até podia ter a *Bíblia* da saúde,...

*Protestos do IL.*

... porque, enquanto não estiver ao lado de quem todos os dias está a trabalhar pela saúde dos portugueses, de quem está a dar a cara, o seu esforço e a sua vida pela saúde, os senhores não têm um programa para a saúde, têm o programa dos neoliberais para alguma saúde, que é uma saúde para meninos ricos e não a saúde para os portugueses.

*Protestos do IL.*

Esta é a diferença entre nós.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sei que ao Iniciativa Liberal custa ouvir isto,...

*Protestos do IL.*

... mas esta é a verdade e, por isso, o Chega tem 12 Deputados e os senhores têm 8. Nós temos implantação em todo o território e para nós...

*Protestos do IL e contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, façam favor de criar as condições para que o orador possa concluir a sua intervenção, que já ultrapassou, em muito, o seu tempo, portanto, faça favor de concluir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Meus Caros Deputados do Iniciativa Liberal, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, esta é a grande diferença entre nós: para o Chega não contam apenas os que vivem no Chiado ou na Foz! Para nós, todos os portugueses — vivam em Portalegre, no Algarve, em Bragança, nos Açores ou na Madeira — são portugueses de primeira e têm de ter acesso a essa saúde. Não são só os vossos amigos do Chiado ou da Foz.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Quando pedi há pouco para que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados criassem condições para que o orador terminasse, isso também se aplicava à bancada do Chega.

Sr. Deputado Rui Rocha, do Iniciativa Liberal, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É para defesa da honra da bancada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Risos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero apenas dizer ao Sr. Deputado André Ventura que não é o Chega, nem o Sr. Deputado André Ventura, quem decide quem está bem ou quem está mal no Parlamento.

As pessoas que aqui estão foram todas eleitas e todas têm direito de aqui estar, independentemente da vontade, maior ou menor, do Sr. Deputado André Ventura, em ter-nos cá.

Cá estamos! Cá continuaremos!

*Aplausos do IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, registamos este enternecedor exercício de defesa da honra.

Sr. Deputado, não disse que não tem direito a cá estar, tem todo o direito de estar aqui, dei-lhe foi um número. Os senhores gostam tanto de números, por isso deviam perceber estes! É por isso que há 12% que votaram no Chega...

*Protestos do IL.*

... ou 7%, por isso é que há 12 Deputados do Chega e só há 8 Deputados do Iniciativa Liberal. Por isso é que, em janeiro de 2022, nós tivemos 12%...

*Protestos do IL.*

Oiçam, janeiro de 2022, percebam, tenham calma e percebam.

*Protestos do IL.*

Repito, em janeiro de 2022, tivemos 12% e os senhores tiveram 3 vírgula qualquer coisa.

Ó Srs. Deputados, não é por qualquer coisa, sabem porquê? É porque não vimos para aqui só defender os meninos ricos do Chiado e da Foz.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Outra vez?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vimos para aqui defender os portugueses que trabalham...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Eu sei que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também é da Foz ou do Chiado. Tenha calma, tenha calma...

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

*Protestos do CH.*

Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, criem condições para que os trabalhos possam continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, desculpe lá, mas quem não está a criar condições para continuarmos não é o Chega e o Chega tem 2 minutos para responder à figura regimental de defesa da honra da bancada.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Presidente, quando me diz para terminar aos 50 segundos, não sei de que Regimento estamos a falar, mas não é do Regimento da Assembleia da República.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — O Sr. Deputado dispõe do mesmo tempo que foi usado para a defesa da honra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe, mas isso não é verdade. Isso não é verdade e está no Regimento. O que diz o Regimento é que são 2 minutos para a defesa da honra...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Então, faça favor de continuar e concluir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, desculpe lá. Posso levar lições de muita coisa,...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Bem precisa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas de Regimento, certamente, não levo lições nesta Câmara!

Por isso, a Sr.<sup>a</sup> Presidente enganou-se, mas o tempo continua a contar enquanto falo consigo. É um pouco estranho que isto aconteça, mas, enfim, faça como quiser, porque nós vamos concluir. Aconselho-a só a ver melhor o Regimento, porque, se está nas funções em que está, deve, pelo menos, conhecer melhor o Regimento que está aqui a aplicar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Também não se fala assim!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Deputado, é muito simples: não dizemos que o Iniciativa Liberal não tem o direito de estar aqui, tem todo o direito, como nós, certamente, também temos.

No entanto, quando um Sr. Deputado do Iniciativa Liberal vem dizer que o seu programa é isto, aquilo e aqueloutro, mas tudo o que faz é votar contra a saúde, contra os profissionais de saúde e contra os centros de saúde, desculpe lá, mas só posso concluir que o Iniciativa Liberal gosta da saúde, mas só em dois ou três sítios em Portugal, os outros 8 milhões de cidadãos, para vocês, não existem! É diferente do Chega e por isso é que nós temos implantação em todo o território e vocês estão reservados a duas ou três cidades em Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — É mesmo ridículo!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, teve a tolerância do tempo em que esteve a dialogar com a Mesa.

Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A nossa declaração política de hoje é dedicada ao ambiente.

No entanto, antes de abordar esse tema, temos de referir o problema grave de saúde no nosso País, nomeadamente na obstetrícia. Esperamos que, na sexta-feira, o debate seja feito de forma estrutural e que inclua todas as pessoas, sem exceção, porque, pelo caminho, nomeadamente no Orçamento do Estado, houve muitas propostas que ficaram para trás, incluindo acerca das pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo) ou acerca das unidades de saúde materna. Isso ainda não foi hoje falado, nem esse debate foi esgotado.

No final do mês de junho, Lisboa acolhe a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, com o lema «Salvar os oceanos, proteger o futuro». A crise climática que atravessamos, aliada também à saúde humana, não pode ser descurada. Este evento ocorre no ano e no mandato em que vimos desaparecer o Ministério do Mar, por decisão do atual Governo, que anexou esta pasta ao Ministério da Economia e Transição Digital, deixando antever aquilo que muitos já receavam: que os nossos oceanos vão continuar a ser vistos de uma perspetiva economicista, como um recurso a ser potenciado da forma mais rentável, e não como um aliado no combate às alterações climáticas. Na transição para uma economia verde, o mar e a energia das ondas são fundamentais e são, acima de tudo, um património da humanidade que urge preservar.

Portugal, como bem sabemos, será, infelizmente, um dos países mais afetados pelas alterações climáticas, que se vão manifestar no nosso País com a disseminação de doenças, eventos climáticos extremos, cheias, furacões, secas, incêndios florestais, subida do nível do mar, escassez de água potável, desertificação de vastas áreas do território e, até, extinção de espécies.

Em matéria ambiental, são inúmeros os tratados, acordos, planos, estratégias e afins, mas o que tem ficado pelo caminho é a ação. Um dos grandes desafios da humanidade é não só preservar e recuperar ecossistemas, mas, acima de tudo, travar os danos irreversíveis a que estamos a assistir no planeta e que afetarão, evidentemente, a nossa espécie.

A economia azul, que contribui com cerca de 2,3 mil milhões de dólares por ano para a economia global, traduzir-se-ia, se os oceanos fossem um país, no 5.º maior PIB (produto interno bruto) a nível global. No entanto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 — Proteger a vida marinha — recebe o nível de investimento mais baixo de todos os 17 objetivos.

A conservação dos *habitats* e espécies protegidas, no âmbito da Rede Natura 2000, tem-se degradado em Portugal e tem sido alvo de um sucessivo desinvestimento. Apesar dos vários milhões de euros que vamos receber do PRR e das opções feitas no Orçamento do Estado, a verdade é que continuamos a ter um subinvestimento nestas matérias, registando um aumento dos *habitats* em mau estado de conservação, que passaram de 6% para 29% do total em apenas uma década, o que está em claro contraciclo com o que deveria ser o atual investimento.

Não nos podemos esquecer de que os oceanos são fundamentais para um planeta saudável e habitável, mas eles estão sob ataque da sobrepesca, da poluição, do plástico e dos inúmeros atentados que fazemos ao nosso maior aliado na retenção de carbono.

Produzimos cerca de 8,3 mil milhões de toneladas métricas de plástico, o que equivale a uma tonelada por pessoa. Chegam a ser despejadas 12 milhões de toneladas de plástico nos oceanos, que chega a estar presente no nosso sangue! Apenas uma pequena fração de plástico é reciclada, por isso mesmo sabemos que não é unicamente com a reciclagem que atingimos os objetivos. Também nesta matéria Portugal continua a falhar.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quando o PAN apresenta propostas concretas no sentido da descarbonização, da transição energética, da economia circular ou da retirada do plástico, defendendo a aposta num novo modelo de desenvolvimento mais responsável, social e ambientalmente, não somos radicais, como tanto gostam de fazer crer. Pretendemos, antes, cumprir os objetivos firmados no Acordo de Paris, na Agenda 2030 — Desenvolvimento Sustentável, e que não vão ser atingidos em 2050, menos ainda em 2030.

A par da poluição, também a pesca de arrasto tem sido comparada à destruição de florestas tropicais. E não é o PAN que o diz, mas a comunidade científica e os vários estudos, incluindo da Fundação Calouste Gulbenkian, que afirmam que esta é a forma menos seletiva de pesca nos nossos mares e, sem dúvida, a mais destrutiva para o ambiente e para a biodiversidade marinha.

Ao invés de se investir na reconversão desta atividade e na salvaguarda dos valores marinhos, à semelhança das borlas fiscais que são dadas a atividades poluentes, o Governo continua a financiar a pesca de arrasto, adiando uma reflexão profunda sobre os modelos de pesca e a sua reconversão em modelos mais sustentáveis que garantam o nosso futuro.

Além do mar, olhemos para os problemas que temos em terra. Vemos a aprovação de planos de regadio que, na sua expansão, atingem zonas protegidas, o uso ineficiente que temos feito da água e um problema estrutural de seca no País que continua a ser ignorado. Aliás, o mês de maio foi o mês mais quente dos últimos 92 anos — quase um século! — e mais de 97% do território está, neste momento, em seca severa.

Tem-se verificado, também, uma diminuição significativa dos valores de percentagem de água no solo em todo o território, sendo de realçar as regiões do Interior Norte e Centro e do Vale do Tejo, onde os valores da percentagem de água no solo são inferiores a 20%.

Temos um problema estrutural quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista da utilização dos recursos hídricos, mas teimamos em não tentar renegociar a Convenção de Albufeira. Isto terá impactos inevitáveis que não se limitam ao uso dos solos, ao combate às alterações climáticas ou ao combate aos grandes incêndios.

É fundamental olharmos quer para o oceano, quer para estes recursos com um novo olhar, um olhar que os preserve, um olhar que garanta que temos não só medidas concretas, como, por exemplo, a adoção do crime de ecocídio no nosso ordenamento jurídico, proposta que o PAN apresentará, mas também que promovemos a criação de um tratado internacional para a proteção dos oceanos e do reconhecimento do crime de ecocídio por parte das Nações Unidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Concluo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Somos provavelmente a última geração de eleitos que tem a possibilidade de combater o ponto de não retorno. Esperamos que no final deste mês, após recebermos a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, tenhamos, de facto, um novo olhar sobre o mar. É o mínimo que devemos às presentes e futuras gerações, se queremos garantir o direito ao seu bem-estar e, acima de tudo, promover um princípio fundamental de precaução: evitar causar dano ao ambiente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem três pedidos de esclarecimento, como gostaria de responder?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Em conjunto, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, a importância do tema de saber cuidar do nosso património comum, concretamente no que diz respeito aos oceanos e ao mar, remete-nos inevitavelmente para um tema que tem que ver com a responsabilidade política que é indeclinável de um País que tem, como tantas vezes dizemos, uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo, e que tem uma responsabilidade acrescida em defender esse património único para o futuro.

Não podemos deixar de observar — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada também mencionou isso — o desinvestimento que tem acontecido, que eu associo não tanto à falta de verbas ou opções no Orçamento, mas a baixas taxas de execução orçamental, a verbas que não são aplicadas, embora estejam disponíveis, ao longo dos anos, para o Governo as poder aplicar na fiscalização, na vigilância, no combate à poluição, na própria capacidade de resposta dos serviços do Estado nessa matéria.

É necessário inverter esta prática concreta além das palavras, dos atos e, diria, além das rubricas orçamentais, que, no fundo, até acabam por não ser aplicadas e executadas.

Contudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito brevemente, não posso deixar de levantar, neste dia em particular, uma questão que, essa sim, tem de ter os dois pés bem assentes na terra e que tem que ver com uma catástrofe ambiental silenciosa que se repercutiu não apenas sobre a biodiversidade como também sobre muitas pessoas que hoje à tarde estiveram na Rua do Século, à porta do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Estamos a falar dos mineiros da Urgeiriça e dos seus familiares e de uma situação gravíssima que continua por responder por parte do poder político, em que a responsabilidade concreta, depois de uma resolução aprovada nesta Assembleia, em 2018, que está por cumprir por parte do Ministério do Ambiente e da Ação Climática e das estruturas à sua responsabilidade, relativamente à própria requalificação e descontaminação daquelas habitações...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Termina, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Trata-se de um direito que aquelas populações têm de que seja feita justiça, depois de tanto sofrimento e vidas perdidas na sequência daquilo que aconteceu nas minas da Urgeiriça.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, considera ou não que está na hora de olharmos, de facto, para a biodiversidade, para o planeta no seu conjunto, mas também para as pessoas concretas que hoje estão a sofrer e exigem do Estado e do Governo uma resposta diferente?

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Mendes, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Jorge Salgueiro Mendes** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, agradeço o tema que traz hoje a debate. É um tema vasto, porque, realmente, o planeta Terra enfrenta vários problemas ambientais complexos, aos quais nem sempre tem sido dada uma resposta atempada e estruturada. E, porque não temos um planeta *B*, só um planeta *A*, urge tomar medidas estruturantes e de fundo para eliminar alguns desses graves problemas que enfrentamos.



Um deles, como disse, e bem, tem que ver com a seca extrema que Portugal atravessa. Desde outubro, praticamente, os índices de pluviosidade são muito baixos, e isso é visível não só nas zonas de albufeira, mas também nas propriedades agrícolas em geral, com a necessidade, cada vez maior, de reforço da rega.

Por isso, o Partido Social Democrata tem apresentado um conjunto de iniciativas, no âmbito da Comissão de Ambiente e Energia, alertando para a necessidade de reforçar rapidamente a correção das perdas de água que, como sabe, no abastecimento público, são de cerca de 30%.

Há algum apoio do PRR, mas há que reforçar rapidamente as políticas nesse sentido. Importa reforçar o uso das águas residuais, que representam, basicamente 1,1% das águas tratadas, que podem e devem ser usadas em sistemas de rega, sobretudo, nas cidades, para jardins. Também há uma grande preocupação relativamente às bacias hidrográficas e à necessidade de água para abastecimento humano em quantidade e qualidade, assim como para a rega no setor agrícola. Para estas questões, parece que o Ministério da Agricultura continua ausente, à espera que o problema surja, mas, então, sim, teremos um outro problema grave para resolver.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, temos um Governo que tem metido água em muitos setores, nomeadamente, como hoje ficou claro, na saúde, mas que é incapaz de gerir e reservar água de qualidade em abundância para os portugueses.

Mas o PAN, que está preocupado com esse assunto, tem sido um grande apoiante do Governo nos últimos anos.

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Salgueiro Mendes** (PSD): — Portanto, quando o PAN diz que o Governo continua a falhar, também o PAN continua a falhar, porque apoiou o Governo nos últimos Orçamentos.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, esperamos que, em sede da Comissão de Ambiente e Energia, apoie as propostas que o Partido Social Democrata tem vindo a apresentar, nos últimos tempos, no âmbito da gestão eficiente dos recursos hídricos e da água para consumo humano e para a agricultura.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, 97% da área continental portuguesa é oceano. Reflexo disso foi a forma como uma das principais reformas do Plano de Recuperação e Resiliência português teve que ver com os ecossistemas, as infraestruturas e o suporte em relação à economia azul.

Trata-se de um ativo de tal forma importante que Portugal assumiu, de acordo com a coligação europeia em proteção de matéria ambiental, implementar determinadas medidas, nomeadamente a proteção da biodiversidade e dos recursos marinhos, a tolerância zero à pesca ilegal não declarada e não regulamentada e a luta contra a poluição marinha.

Ainda há bem pouco tempo o Ministério do Ambiente assumiu um combate severo aos plásticos, que, a partir de Portugal, não devem contribuir para o aumento do plástico marinho, à escala mundial. Sabemos bem que não é o mar português que contribui para o aumento da poluição por plásticos marinhos, mas, de facto, Portugal está preocupado. O Governo e o Ministério do Ambiente sabem bem a necessidade e a importância de continuarmos a preservar este ativo estratégico que é o mar de Portugal.

A governação dos oceanos implica uma política de preservação em relação aos ativos marinhos e à biodiversidade, mas também deve refletir a forma como devemos olhar para o potencial de reserva geológica que o mar açoriano e o mar português têm, nomeadamente de níquel e cobalto. Deve refletir a forma como, nesta transição energética, devemos, de uma forma clara, decidir se queremos armazenar energia, como, e de que forma utilizamos os recursos nacionais para o poder fazer.

Essa preocupação do Governo também se verifica numa medida de política extraordinariamente importante, onde Portugal assume a compra de uma plataforma naval. Trata-se de um exercício muito bem trabalhado entre a governação política e a marinha, que decidem, em conjunto, comprar uma plataforma naval a partir da qual a investigação, o conhecimento científico e também a limpeza do mar português deve ser feita.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, agradeço, antes de mais, todas as questões que foram levantadas.

Começo precisamente por esta última, do Grupo Parlamentar do PS. Sr. Deputado, é com alguma preocupação que o vejo colocar em cima da mesa a mineração em mar profundo, porque, como é do conhecimento público, isso poderá ter impactos graves, do ponto de vista da pegada ecológica e ambiental, a nível dos oceanos.

Uma coisa é aproveitarmos a energia das marés para podermos efetivamente conjugar essa produção energética com outros métodos, nomeadamente com os painéis fotovoltaicos e com as antenas eólicas. Coisa diferente é estarmos aqui a abrir uma caixa de Pandora, através da mineração em mar profundo. Como bem sabemos, o princípio que hoje é salvaguardado, e que mencionei, é o de não causar dano e, perante o risco que possa existir de um impacto ambiental, é preferível não o fazer.

Olhando para o mar como um dos nossos últimos aliados no combate às alterações climáticas, esperemos que não o tornemos, de facto, num último reduto natural, prestes a ser destruído, mais uma vez, pela ação humana. No demais, contarão sempre com o PAN para promover e incentivar a transição económica, a economia verde, a economia azul, desde que a mesma seja respeitadora destes valores e compromissos ambientais.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Mendes, do PSD, gostaria de começar por dizer que o PAN não apoia o Governo, mas sim as causas que representamos nesta Assembleia da República. Quando, em sede de Orçamento, conseguimos, através de medidas concretas, com valor concreto, aprovar verbas, são as nossas causas que estamos a apoiar, em particular a ambiental. Senão, não teríamos hoje, por exemplo, prevista no Orçamento, a possibilidade de termos ecoilhas, para retirar a poluição dos oceanos, ou a proteção de espécies — como o tubarão-anequim, que está em vias de extinção — ou, até mesmo, as questões do plástico, que é um dos grandes devastadores do nosso ambiente e causadores da poluição ambiental.

Quanto ao mais, e acompanhamos as preocupações em relação às perdas de água que, até do ponto de vista financeiro, têm um impacto significativo — são 97 milhões de euros —, é evidente que cá estaremos para avaliar e acompanhar as propostas do PSD. Isto porque nunca tivemos qualquer complexo ideológico em acompanhar o PSD, sempre que tal está alinhado com os nossos valores. Esperamos que o PSD faça exatamente o mesmo.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Bruno Dias, efetivamente acompanhamos a preocupação em relação às reivindicações dos mineiros da Urgeiriça e das suas famílias.

É evidente que temos de olhar para estes erros do passado e da mineração e para o impacto não só ambiental, mas também social que tiveram, até porque a justiça climática tem de ser sinónimo de justiça social.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O problema é a forma como as coisas são feitas!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não podemos permitir que erros do passado, que se têm arrastado até ao presente sem qualquer correção, se perpetuem. Não podemos permitir que o Estado não dê resposta a essas famílias, não dê resposta também àquilo que é necessário, ou seja, à recuperação e preservação dos solos, onde houve esta atividade.

Isso a nós só nos leva a que haja uma ainda maior preocupação, quando olhamos, por exemplo, para projetos de prospeção e exploração do lítio, em cima de populações e em cima das suas habitações, sabendo bem as consequências que tem, porque a História e o passado recente nos demonstram isso mesmo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Colegas: Esta semana, muitas famílias saíram para ir à terra, para passar os feriados na praia ou no interior do País, e muitos desses nossos concidadãos e concidadãs, quando chegaram à bomba de gasolina e quiseram — se o poderiam — atestar o depósito do carro, abriram a boca de espanto porque, embora já não fosse novidade, tiveram de gastar 100 €, quando, ainda há relativamente pouco tempo, gastavam 50 €.

Muitos desses nossos concidadãos sabem das causas próximas do aumento nos preços dos combustíveis e acham que elas estão lá longe, algures na Europa de Leste, na guerra na Ucrânia ou mais longe, nos campos petrolíferos da Sibéria ou do extremo oriente da Federação Russa. Muitos deles e delas, mas muitos de nós aqui também, nesta Câmara, ignoram, e ignoramos, que uma das raízes do problema está aqui, bem perto, no Palácio das Necessidades, sob a forma de um tratado, chamado Tratado da Carta da Energia, que foi assinado em Lisboa, em 1994, e de que Portugal é o fiel depositário.

Este é um tratado que é um vestígio da História e que rapidamente ficou muito datado. Estávamos no início dos anos 90 e a Europa Ocidental queria assegurar-se de que tinha acesso fácil aos combustíveis fósseis do Leste da Europa, da Federação Russa e da Ásia Central. Negociando este Tratado, achou que garantia essa segurança de fornecimentos de combustível.

Porém, muito rapidamente se apercebeu de que o contrário se estava a passar: foi a Europa Ocidental que ficou refém dos regimes petro-oligárquicos da Ásia Central e da Federação Russa e que, a partir daí, também ficou refém das companhias oligárquicas, como a Gazprom ou a Yukos ou muitas outras destes países.

A Federação Russa do Sr. Vladimir Putin faz deste Tratado uma utilização puramente cínica, porque a Rússia não é signatária do Tratado, aplica-o provisoriamente, mas utiliza as companhias, como a Gazprom e a Yukos, para processar Estados, para assim recolher indemnizações que são depois encaminhadas para as famosas carteiras de Vladimir Putin.

Trata-se de indemnizações que são pedidas a Estados que desejam, por exemplo, proibir a realização de furos petrolíferos; trata-se, às vezes, de ameaças sobre Parlamentos, como o nosso. Por exemplo, em França, o Governo francês pretendeu apresentar uma lei para acabar com a prospeção de petróleo em solo francês, mas essa lei acabou retirada, sob pressão de companhias petrolíferas.

Porquê? Porque este Tratado — como, infelizmente, vários outros — tem cláusulas de disputa por arbitragem, através de tribunais privados, que, sistematicamente ou na grande maioria dos casos, decidem a favor das companhias petrolíferas e das outras companhias que negociam em combustíveis fósseis.

Portanto, evidentemente, os Estados, quando pretendem implementar as suas metas climáticas, que também assinaram no Acordo de Paris — que foi assinado muito mais tarde —, veem-se presos a este fóssil de tratado de 1994, que não lhes dá toda a flexibilidade para implementar as suas políticas verdes.

Assim, temos aqui um problema e um problema sério. A Itália já foi processada por querer proibir furos petrolíferos. Denunciou o Tratado e, apesar de o ter denunciado e de juridicamente estar a sair dele, durante 20 anos, ele ainda se aplicará em Itália.

Outros países da União Europeia, entre os quais a França, o Luxemburgo e a Bélgica, são a favor de denunciar o Tratado. E Portugal?

Portugal, nesta mesma Assembleia da República, aprovou a Resolução da Assembleia da República n.º 67/2021, a partir de um texto, na altura, apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes» — que saúdo por ter trazido esse tema aqui a debate —, resolução essa que tem um título muito claro: «Recomenda ao Governo que rejeite um Tratado da Carta da Energia incompatível com os compromissos ambientais e os interesses da população». Esta resolução também recomendava ao Governo que promovesse um amplo debate sobre o Tratado da Carta da Energia, de modo a permitir avaliar os seus reais riscos para o ambiente e os interesses nacionais.

A pergunta é simples: alguém tem dado por esse amplo debate? Claro que não.

Qual é a posição do Governo acerca deste Tratado da Carta da Energia? A posição é que acompanha os esforços da Comissão Europeia para modernizar o Tratado. Ora, esses esforços são, ao mesmo tempo, tímidos demais e ambiciosos demais. Tímidos demais porque, mesmo que resultassem, não acabavam com o problema dos tribunais privados que decidem contra os interesses públicos. Mas são ambiciosos demais, porque, precisando de unanimidade, é óbvio que nem esses esforços de modernização da Comissão Europeia chegarão a bom porto.

É, portanto, importante dar o exemplo, e uma resolução apresentada pelo Livre, que virá brevemente a votos nesta Assembleia, recomenda ao Governo que se posicione favoravelmente a uma denúncia coletiva do Tratado da Carta da Energia, acompanhando outros países europeus que já o fizeram e, caso se revele impossível avançar para essa denúncia coletiva, solicitar as necessárias consultas jurídicas, para considerar uma denúncia unilateral do acordo. Sendo Portugal o país depositário, este passo teria um enorme simbolismo político.

O Tratado da Carta da Energia é apenas um dos problemas, mas é um grande problema. Ele é o início da nossa dependência, em relação a regimes que, por dependerem eles próprios das fortunas conseguidas nos combustíveis fósseis, facilmente se tornam regimes oligárquicos e autoritários.

Para uma política que seja de descarbonização, mas que seja também de uma descentralização, em termos de produção de energia, de uma verdadeira democratização energética, de que nós precisamos na Europa, de uma soberania energética portuguesa e europeia, é preciso dar esse passo e, portanto, é preciso denunciar o Tratado da Carta da Energia.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — A Mesa regista a inscrição de quatro Deputados, para formularem pedidos de esclarecimento, a que o Sr. Deputado responderá em blocos de dois.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, face à questão que trouxe para esta sessão plenária, e perante a necessidade evidente de uma transição energética para dar resposta às alterações climáticas, o sistema capitalista e as principais potências têm promovido uma lógica de deixar ao mercado livre, isto é, ao poder dos grupos económicos oligopolistas e multinacionais, a resolução destes problemas.

As licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), concebidas como bens transacionáveis, fazem parte de uma lógica financeirizada, especulativa, que condena povos de todo o mundo ao subdesenvolvimento, enquanto iliba os principais responsáveis pelo histórico de emissões, desde que tenham dinheiro para comprar as tais licenças.

O Tratado da Carta da Energia vai mais longe nesta lógica de submissão aos interesses dos grupos económicos, colocando os Estados numa posição de absoluta fragilidade perante os interesses económicos destas multinacionais, que podem, ao abrigo deste Tratado, sacar milhares de milhões de euros em indemnizações, como tem acontecido desde a sua criação, associada à recuperação capitalista na Europa de Leste.

Para o PCP, está claro que o capitalismo não é verde, assim como não é verde a tentativa da União Europeia de impor outro mecanismo de mercantilização do ambiente à escala global, servindo propósitos de concentração capitalista em setores liberalizados ou por liberalizar, garantindo que quem possa pagar continue a poluir e agravando a chantagem e a asfixia sobre o desenvolvimento de países terceiros, excluindo as soluções que verdadeiramente se impõem: por um lado, uma abordagem normativa, que incida diretamente sobre as emissões, por outro, o controlo público de setores estratégicos, garantindo um planeamento com critérios de interesse público, e não centrados no lucro, que permitam responder aos desafios climáticos.

Assim, perguntamos ao Livre, que tantas vezes se apresenta como um dos mais fiéis ou, por vezes, o mais fiel defensor da lógica federalista e neoliberal que a política ambiental da União Europeia representa — federalista, seguramente, sempre, neoliberal muitas vezes —, se concorda ou não...

*Risos do IL.*

*Protestos do L.*

Mas, dizia, perguntamos ao Livre se concorda ou não que sem controlo público, sem planeamento, sem intervenção do Estado e deixando ao poder dos oligopólios a resposta, não há solução para os problemas que a humanidade enfrenta nesta matéria.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por agradecer ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, por trazer este tema a debate.

Já no passado, o PAN apresentou um projeto de resolução que visava precisamente que o Governo abandonasse o Tratado da Carta da Energia, porque, como sabemos, há elevados custos que daqui advêm, nomeadamente com a possibilidade de as grandes petrolíferas solicitarem indemnizações exorbitantes aos Estados a reboque da desculpa da descarbonização e da implementação do roteiro da neutralidade carbónica e da lei do clima.

No entanto, sabemos também que, além destes elevados valores, não há qualquer evidência, até ao momento, de que, efetivamente, o Tratado tenha, por um lado, contribuído para esta descarbonização ou para facilitar o investimento na redução da pobreza energética — um tema que nos é bastante caro —, e menos ainda o investimento nesta descarbonização.

Aquilo que perguntamos é se, de facto, concorda com a posição do PAN de que, até que caia, digamos, a adesão a este Tratado, haja de facto uma limitação no recurso à arbitragem, porque, além da opacidade da arbitragem, em que sabemos que o Estado fica sempre a perder, há toda uma opacidade que, em nosso entender, é absolutamente incompreensível.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço aos Deputados Bruno Dias e Inês Sousa Real pelas perguntas.

Caro Deputado Bruno Dias, o problema deste mercado não é só o não ser livre, é ser um mercado protegido, ou seja, mais do que um mercado desregulado, ele é regulado a favor dos interesses das grandes petrolíferas e, portanto, sim, é importante que a comunidade politicamente organizada — e aquilo que provavelmente nos diferencia é que, para mim, a comunidade politicamente organizada não é só aquela dentro de fronteiras, para a qual podemos legislar a nível nacional, mas também aquela para lá das fronteiras do Estado-Nação, que podemos construir também a nível europeu — ponha mão nisto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O problema é quem põe a mão, não é onde!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é por acaso que a maior parte dos países que são ricos em combustíveis fósseis são também regimes autoritários. Não é porque os combustíveis fósseis escolhem ir para os regimes autoritários, é porque os combustíveis fósseis, a sua concentração e a facilidade com que eles são monopolizados ajudam a criar oligarquias. E a verdade é que desde que assinámos este Tratado da Carta da Energia estamos a financiar regimes autoritários, em particular, as guerras do Sr. Putin.

Ora, e aproveitando também para responder à Deputada Inês Sousa Real, sair do Tratado da Carta da Energia demora tempo — demora 20 anos. E, por causa disso, provavelmente, outros Governos não o quiseram fazer. Mas se tivéssemos denunciado o Tratado da Carta da Energia quando começámos, indiretamente, na União Europeia, a financiar a primeira guerra do Sr. Putin, que foi a guerra na Chechénia, hoje em dia já teríamos saído do Tratado da Carta da Energia, hoje em dia já não estaríamos a financiar a guerra na Ucrânia.

Enquanto não denunciarmos este Tratado, o que acontece é que estamos a deixar de pés e mãos atados os próximos Governos e os próximos Parlamentos, nacionais e do resto da União Europeia.

Por isso, também agradeço ao PAN já ter tomado iniciativas sobre isto no passado e esperemos que consigamos trabalhar durante esta Legislatura, aqui, no Parlamento, porque uma coisa mudou: hoje em dia, até os grandes partidos têm noção do erro que foi cometido ao assinar este Tratado, simplesmente há alguns que são pioneiros e Portugal arrisca-se a ficar para trás num movimento que já está a nascer a nível europeu, em que alguns países já saíram do Tratado, outros querem sair e não se consegue perceber qual é a posição do Governo português, neste momento.

Espero que a Assembleia da República, ao apoiar a resolução do Livre, dê um passo no sentido desta clarificação.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero começar por saudar o Sr. Deputado Rui Tavares pelo tema que aqui traz hoje, um tema pertinente, que tem que ver com a energia.

Sobre este tema, a verdade é que Portugal tem estado na liderança da ação climática.

O Sr. Deputado usou aqui a expressão «pioneiro» e, de facto, Portugal foi pioneiro ao apresentar o primeiro roteiro para a neutralidade carbónica no mundo e ao assumir compromissos climáticos. Portugal também foi pioneiro porque foi na Presidência portuguesa que foi aprovada a Lei Europeia do Clima. Portugal tem estado na linha da frente da ação climática.

No que respeita, por exemplo, ao domínio da energia, Portugal é o 5.º País na produção de eletricidade a partir das energias renováveis na União Europeia e 60% da eletricidade produzida em Portugal tem origem nas renováveis. É por isso mesmo que a Comissão Europeia considera que Portugal é dos países que está em melhores condições para cumprir as metas climáticas.

Assim, no que diz respeito à energia, a aposta nas renováveis foi e é uma aposta vencedora, que deve ser prosseguida, e está a ser prosseguida, nomeadamente para o combate às alterações climáticas, pela autonomia energética, que o Sr. Deputado aqui muito bem referiu e que importa garantir, e também porque proporciona menos custos para as famílias e para as empresas.

É por isso mesmo que a transição climática, a transição energética são uma prioridade do PRR, são uma prioridade do Orçamento do Estado, são uma prioridade do Governo, nomeadamente com os avisos que estão abertos para a descarbonização da indústria, com 715 milhões de euros, para os edifícios mais sustentáveis, com avisos para apoio às famílias, às empresas, às IPSS (instituições particulares de solidariedade social), ao comércio e à hotelaria, com a aposta no hidrogénio e também com outras iniciativas no domínio do apoio às eólicas ou à energia solar, como é o caso dos leilões. Estas são medidas e são incentivos na direção certa.

Portanto, Sr. Deputado, sem prejuízo da importância do Tratado da Carta da Energia que aqui nos traz, e que, como diz — e bem —, é um tema a resolver a 20 anos, trago duas perguntas de curto prazo.

A primeira é se, por um lado, estas medidas de aposta nas renováveis vão na direção certa e a segunda é se o acordo histórico que ontem o Governo de Espanha e o Governo de Portugal conseguiram celebrar e aprovar com a Comissão Europeia, que permite proteger as famílias e os consumidores portugueses do aumento dos custos da energia, também foi um acordo importante para os portugueses e para as famílias.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carvalho.

O Sr. **Hugo Martins de Carvalho** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, vou tentar, ao contrário do que foi feito até agora, não atirar ideologia para o problema que aqui trouxe nem fugir à questão.

Trouxe aqui um tratado que é dos anos 90, é praticamente da minha idade — portanto, revisionismo histórico é um exercício complicado para mim, nesta matéria —, que é, como tratado, celebrado entre duas partes.

E houve partes deste Tratado, na altura as economias em transição, que chamaram o Ocidente para investir na expansão energética a leste da União Europeia, para se livrarem da dependência energética que tinham de terceiros que não eram assim muito interessantes — o Sr. Deputado sabe bem quem são. Isto era, fundamentalmente, sobre assegurar investimentos. Acho que não é crime nenhum, se chamamos alguém para investir, assegurar o investimento, ter salvaguardas de que essa pessoa, empresa, país ou Estado possa ter salvaguardado o seu investimento.

O Sr. Deputado trata isto como se houvesse aqui um tratado malandro que impede a descarbonização, que impede o descondicionamento do nuclear, que impede o fecho do carvão, uma espécie de porta-aviões a remos que implica com tudo, atrapalha tudo. Não é verdade, Sr. Deputado.

Quer fechar o carvão? Fecha-se o carvão! Quer fechar o petróleo? Fecha-se o petróleo! Mas cumprem-se os compromissos.

O que não gosto de ver é o meu Parlamento e o meu País sempre com uma discussão que a esquerda adora, que é a de rasgar contratos.

Chegam aqui — hoje foi o Sr. Deputado, amanhã será o Bloco de Esquerda, depois o PCP — e dizem: «Vamos rasgar os compromissos com que o País se comprometeu. Vamos rasgar os contratos e o resto não interessa.»

Não quero ver isso outra vez, tenho pena de ver isso a acontecer, porque é possível fazer um caminho renovável — que, aliás, se faz com investimento de capital intensivo, como sabe — e não podemos estar aqui a dizer que rasgamos contratos e depois vamos chamar mais investidores privados para virem cá pôr centrais de energia renovável. Não é possível fazer as duas coisas!

Já agora, para não ver um historiador ir contra a História, dava-lhe uma história diferente, porque aqui ao lado, em Espanha, quando o Governo de Rajoy rasgou os contratos todos com as produtoras de energia renovável que tinha no seu país, unilateralmente, foi exatamente este Tratado que as protegeu, e ainda hoje lá estão a funcionar, porque de outra maneira não estavam.

Se quiser reformar o tratado, tenho de lhe dizer que sim, até porque o Tratado é quase mais velho do que eu; se o quiser rasgar, acho sempre que é má ideia. Portanto, o que lhe pergunto com tudo isto é: qual das duas é que quer?

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, obrigado aos Deputados Nuno Fazenda e Hugo Carvalho pelas perguntas.

Se calhar, vou começar pelo fim, porque a pergunta é muito direta e é muito fácil de responder. Rasgar o Tratado ou cumprir o Tratado? Qual das hipóteses acha o Deputado Hugo Carvalho que defendi ali da tribuna, quando disse que ele próprio tem uma cláusula de denúncia e que, depois, tem de se cumprir o tempo de saída do contrato?

Cumprir o contrato, inclusive quando ele tem cláusulas de denúncia e para sair do próprio contrato, não é rasgá-lo, é cumpri-lo.

O que o Sr. Deputado defende é algo a que na minha aldeia se chamava «negócios a perder estão sempre feitos», ou seja, é ficar dentro do contrato mesmo quando ele se revela datado e nos prejudica. É verdade que é um contrato do tempo do PSD, é verdade que é um contrato do tempo do Prof. Cavaco Silva, mas já não vivemos nos anos 90.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nem na aldeia!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E o que acontece é que, desde então, o que esse contrato assegurou — Tratado que não é entre duas partes, peço desculpa, é entre 55 partes — foi o monopólio do poder não só na Federação Russa, mas no Cazaquistão, no Azerbaijão, no Turquemenistão, e impediu também uma verdadeira diversificação das fontes de energia na Europa, uma descentralização da produção de energia que desse soberania energética à Europa, que é aquilo de que nos estamos a queixar hoje em dia.

Portanto, quando alguém vem dizer que «há 20 anos, se calhar, já o devíamos ter denunciado», direi que podemos denunciá-lo hoje, cumprindo com o contrato, cumprindo com o direito internacional. Não venha dizer que isso é rasgar o contrato, é, simplesmente, não querer continuar a ser prejudicado.

Em relação ao Deputado Nuno Fazenda, é claro que ficamos todos contentes quando Portugal é pioneiro em qualquer coisa e ficamos contentes com o facto de a União Europeia reconhecer que a Península Ibérica é, para determinados efeitos, uma ilha energética, permitindo, com isso, baixar os preços da energia.

Mas, vamos lá ver: ser pioneiro nestes temas é também poder ir contra outros Governos europeus ou ir contra a Comissão Europeia, mesmo quando isso custa um bocadinho à diplomacia de pequenos passos do Sr.

Primeiro-Ministro, é ser dos primeiros a dizer que este Tratado não serve, é ser dos primeiros a pôr outras ideias em cima da mesa.

Também em resposta ao Sr. Deputado Hugo Carvalho, porque é que os investidores internacionais não fazem o que fazemos — qualquer um de nós —, que é ir aos tribunais normais? Porque é que eles têm de ter uns tribunais especiais, que decidem quase sempre — mais de 60% das vezes — a favor deles?

Então, se precisamos de tribunais a nível internacional, criemos tribunais públicos a nível internacional onde eles não têm foro protegido, e proponhamos também — e aí o Governo português pode ser pioneiro — a criação de um tribunal internacional contra os crimes ambientais, a criação de uma definição jurídica, internacionalmente protegida, do crime de ecocídio.

Isso sim, é ser pioneiro. Não é só ser pioneiro nas coisas que são agradáveis, é às vezes ter coragem de ir contra a corrente e estar à frente das políticas que importam, a décadas de distância. E isso, infelizmente, o Governo português só faz quando é agradável, não faz quando, às vezes, lhe custa alguns melindres nas grandes capitais europeias.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Passamos, assim, ao segundo ponto da nossa ordem do dia, com a apreciação da Petição n.º 199/XIV/2.<sup>a</sup> (Sílvia Marlene Carneiro da Silva e outros) — Concurso de mobilidade interna, dos Projetos de Lei n.ºs 73/XV/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garante a inclusão de todos os horários no procedimento de mobilidade interna do concurso interno de professores e 106/XV/1.<sup>a</sup> (CH) — Atribui ajudas de custo a professores do ensino básico e secundário que se encontrem deslocados, na generalidade, e do Projeto de Resolução n.º 80/XV/1.<sup>a</sup> (BE) — Pela revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

Temos vários subscritores desta petição presentes, que a Mesa saúda.

Para apresentar o Projeto de Lei n.º 73/XV/1.<sup>a</sup>, do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Diana Ferreira.

A Sr.<sup>a</sup> **Diana Ferreira** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados: Naturalmente, gostaria de começar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, por cumprimentar os mais de 8700 peticionários que subscreveram esta petição, manifestando à Assembleia da República a sua posição quanto ao concurso de mobilidade interna e também às injustiças que este mesmo trouxe para os professores.

Faltam professores nas escolas, há uma realidade de instabilidade, de precariedade, de baixos salários, de limites e obstáculos às progressões na carreira. Muitos professores nunca atingirão o topo da carreira como é o seu direito, houve tempo de serviço prestado que foi retirado administrativamente e que deixou de contar para os professores poderem progredir na carreira e poderem ter valorização salarial, aliás, uma opção administrativa que PS e PSD se combinaram para garantir.

Há uma realidade de desvalorização sociolaboral da carreira docente que se vem arrastando há largos anos.

Há dificuldades no rejuvenescimento da profissão. Há falta de atratividade para esta profissão exatamente no seguimento desta desvalorização salarial e desvalorização da carreira que tem ocorrido.

São problemas que são sentidos todos os dias pelos professores nas escolas, os quais o PCP tem denunciado e também para os quais o PCP tem apresentado propostas.

A estas realidades juntam-se injustiças que são geradas também pelo concurso de mobilidade interna, como é apontado na petição que hoje é discutida na Assembleia da República.

Lembramos que, no ano de 2021/2022, e sem que tivesse sido aprovada qualquer alteração ao regime legal em vigor, decidiu o Governo do PS, através de um aviso publicado em março de 2021 e ao arrepio da negociação com as organizações representativas dos professores, insistir na alteração de procedimentos relativos ao tipo de horários a considerar para efeitos de concurso de mobilidade interna que vinham sendo aplicados nos anos anteriores. O Governo considerou apenas os horários completos para efeitos de mobilidade interna, insistindo numa opção já derrotada neste Parlamento.

Lembramos também as consequências desastrosas de semelhante opção aquando do concurso de mobilidade interna em 2017: foram muitos os professores colocados a centenas de quilómetros das suas áreas de residência e das escolas nas quais vinham lecionando.

Além da desorganização pessoal e profissional que essa alteração implicou, muitos docentes foram confrontados com o facto de outros, menos graduados, acabarem por obter colocação em escolas muito mais



próximas e para as quais tinham também sido candidatos. Aliás, esta situação gerou indignação e conduziu a fortes protestos dos professores e educadores prejudicados pela opção do Governo.

O PCP considera que a insistência do Governo numa opção que, no passado, gerou injustiças entre os professores, que causou indignação e que até foi rejeitada pela Assembleia da República, apenas perturba a tranquilidade das escolas e do sistema educativo, transtornando brutalmente a vida de centenas ou mesmo milhares de professores e educadores.

Considerando que este é um caminho que só tem causado problemas aos docentes, o PCP apresenta uma proposta para dar resposta a esta situação.

Por isso mesmo, propomos a abertura de um concurso interno antecipado para os docentes, devendo ser considerados no âmbito desse mesmo concurso de mobilidade interna todos os horários, completos e incompletos. Esta proposta acaba com as injustiças que resultam das opções erradas que o Governo do PS insiste em tomar nesta matéria.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 106/XV/1.<sup>a</sup> (CH), tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do Chega.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Na matriz cívica do Chega, sociedade e instituição são colocadas em campos opostos. A sociedade é o espaço aberto dos sistemas sociais e políticos, é o espaço aberto sem hierarquias e sem restrições. É o espaço onde tudo pode ser revisto, negociado, alterado. É o espaço dos ativismos e dos movimentos sociais. A sociedade é o lugar inquestionável da democracia.

A instituição só faz sentido se for o oposto. É um espaço fechado em torno de uma missão social específica. A instituição é reservada aos agentes de dentro e só é funcional quando é gerida de dentro para fora.

Por último, a viabilidade e a qualidade das instituições dependem da hierarquia, da autoridade e da ordem. A esquerda nunca disfarçou ser inimiga dos valores institucionais. O Chega é a única direita, porque não disfarça o inverso. Valorizamos a hierarquia, a autoridade e a ordem apenas dentro das instituições, não as aceitamos para a sociedade.

*Aplausos do CH.*

Nunca ninguém viu, nem verá, o Chega colocar em causa a democracia. Criticamos apenas o falhanço grave das instituições. Mas há Deputados neste Parlamento que utilizam expressões como «oposição democrática» e «direita democrática». Se tais expressões visam excluir o Chega, quem o faz é propagador social da ignorância, da falsidade, da patologia mental da nossa espécie.

*Aplausos do CH.*

*Risos do PS, do PCP e do BE.*

O Chega não permitirá à esquerda e à cultura de esquerda escaparem à hecatombe institucional que criaram e alimentam. Ela atingiu famílias, hospitais, escolas, justiça, universidades, forças de segurança, forças armadas, empresas, bombeiros, entre outras instituições. A Igreja tem resistido com enorme clarividência, mas praticamente solitária.

Este órgão de soberania é uma instituição como as outras. O Parlamento é um espaço fechado, tem uma missão social específica, exclusiva, que é legislar. Os Deputados são eleitos com regras muito específicas. Funcionamos isolados da sociedade, protegidos por barreiras muito rígidas de quem não é Deputado. Temos hierarquias, procedimentos e vocabulário próprios. O Parlamento autogere-se de dentro para fora.

A viabilidade e a saúde de todas as outras instituições dependem dos mesmíssimos princípios aqui referidos, mas uma grande parte dos Deputados comporta-se como se os princípios institucionais fossem um exclusivo

seu, um privilégio do Parlamento. Política, hoje, é quase só sinónimo de intromissões histéricas e esterilizantes nas outras instituições.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sente-se bem?

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — A destruição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é apenas mais um penoso retrato típico. A tauromaquia é outro caso do narcisismo patológico da atual classe política, e poderia também falar do futebol.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é tão disfuncional um sistema político que impõe valores específicos das instituições à sociedade no seu conjunto, valores como hierarquia, autoridade e ordem — por isso chamamos ditadura ao salazarismo, e muito bem —, como é disfuncional um sistema político que impõe valores específicos da sociedade às instituições, como a democracia ou o ativismo. O nosso regime atual é um tosco totalitarismo democrático. Isso basta para empobrecer o País.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por amor de Deus!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — São os educadores e professores que podem reverter o marasmo das nossas instituições. Mas, para isso, professores e escolas têm de deixar de ser barrigas de aluguer de ativistas e demais movimentos sociais.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Termino já, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

O Chega não descansará enquanto o ensino não se libertar da indisciplina e da burocracia. A indisciplina na intimidade das salas de aula corrompe, por gerações, os valores que asseguram a viabilidade de todas as nossas instituições.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Termino já, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A burocracia nas escolas modela a prostituição das instituições sociais pelas instituições políticas.

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, tem de concluir. Já esgotou há muito o seu tempo.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — É esse o enquadramento do projeto de lei que o Chega apresenta hoje de ajudas de custo entre 75 e 220 € aos professores do ensino básico e secundário que se encontrem deslocados.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 80/XV/1.<sup>a</sup> (BE), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço. Regressando ao tema que nos traz aqui, que é a petição sobre o concurso de mobilidade dos professores, queria começar cumprimentando os peticionários e as peticionárias e lamentando que tenham tido de assistir a isto, professores e professoras que, já ao longo dos

anos, fomos conhecendo e cujos dramas pessoais e profissionais também conhecemos, desde que fundaram aquilo que ficou conhecido como o Grupo de Docentes Lesados de 25 de agosto.

Estes professores sentem-se lesados porque, sendo professores vinculados a um quadro de zona pedagógica, houve uma alteração, feita a partir de determinado momento pelo Governo anterior, que dizia que só podiam concorrer para horários completos e não para horários incompletos, como até aí acontecia.

Tendo-se vinculado em quadros de zona pedagógica muito distantes de casa, estes professores usavam um recurso que era perfeitamente normal na altura, o concurso de mobilidade, para se poderem ir aproximando de casa, beneficiando, para isso, da sua graduação profissional e da sua antiguidade.

A primeira questão que temos de colocar aqui é esta: estamos a falar de professores do quadro, alguns com 20 ou mais anos de serviço, que organizaram a sua vida tendo em conta um conjunto de regras do concurso de professores que tinha sido estável até aí e que, a partir de um certo momento, deixou de ser estável, obrigando à desorganização da vida destes professores.

Abstratamente, o princípio de gestão que está por trás desta alteração pode ser um exercício correto: os professores contratados ficam com os horários incompletos, os professores do quadro ficam com os horários completos. O problema é que estes professores não concorrem num país abstrato, nem concorrem num sistema de educação abstrato. Concorrem num sistema de educação em que a precariedade é tal que os professores concorrem para o País todo — aliás, o sistema tenta que concorram para o País todo — e acaba por fazer com que eles se vinculem muito longe de casa e que tenham de tentar a aproximação por outras vias.

É um sistema de concursos que, por ser uma manta de retalhos, vai criando um conjunto de arbitrariedades e de injustiças, de tal forma que muitos dos professores que, com menos graduação, são colocados nos horários incompletos, logo na reserva de recrutamento seguinte, veem o seu horário ser completado com mais algumas horas ou têm outro tipo de tarefas atribuídas, porque toda a gente sabe que o que não falta nas escolas são coisas para fazer.

É esta camada de injustiças, que desvaloriza a graduação profissional e que cria instabilidade nas escolas, que queremos corrigir. O projeto que apresentamos hoje não é novo e não pretende apenas corrigir este problema. O que pretende é que, de uma vez por todas, o Governo se sente à mesa com os sindicatos e faça o que lhe compete, que é resolver os problemas e as injustiças dos concursos dos professores — em parte, a razão do problema da falta de professores nas escolas.

Enquanto não se olhar para a valorização da carreira e para a justiça que se deve a estes professores como um dos maiores problemas que vai originar a degradação da escola pública, não vamos ter soluções. Já discutimos esta situação em relação à saúde e estamos a perceber que é a falta de valorização dos seus profissionais que está a levar à degradação do SNS.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, começo por saudar os quase 9000 peticionários, incluindo os que se encontram aqui neste debate, mas não sem antes dizer, Sr.<sup>a</sup> Presidente, que, quando achamos que já ouvimos tudo, não ouvimos nada.

De facto, ouvimos falar em prostituição das instituições subjugadas ao poder político e em narcisismo ideológico. Sr. Deputado, todos nós aqui fomos eleitos e temos representado o nosso mandato com a máxima dignidade possível, ao serviço do povo e numa Casa aberta, pelo que temos de nos perguntar se ouvimos bem quando ouvimos certos disparates como os que se ouvem nesta Assembleia.

*Protestos do CH.*

*Risos do BE.*

Em relação ao tema que aqui nos traz, é um tema sério, que afeta a precariedade da docência, uma injustiça que o Governo tem persistido em manter, nomeadamente no concurso para o ano de 2021/2022. Parece-nos

que é, de facto, uma opção derrotada ao considerar apenas os horários completos para efeitos da mobilidade interna e negando-se sucessivamente a rever o regime de recrutamento e mobilidade.

O PAN vai acompanhar as propostas que foram apresentadas e entende que, efetivamente, não faz sentido afastar não só milhares de professores por força daquilo que é um desincentivo à profissão, mas também pelo facto de termos, neste momento, um envelhecimento destes profissionais. Temos mais de 100 000 alunos que se estima que não vão ter professores no próximo ano e, quando falamos das mudanças necessárias para as próximas gerações, nomeadamente na educação, não nos podemos esquecer que os professores são elementos centrais da educação que têm de ser valorizados. Por isso mesmo, vamos acompanhar as iniciativas aqui apresentadas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Isabel Santos, do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Santos** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A matéria da petição que hoje discutimos tem constituído uma das prioridades da nossa ação política, que está espelhada no Orçamento do Estado para 2022 e marca o caminho de um trabalho sustentado de preparação do futuro, garantindo às escolas os profissionais necessários ao cumprimento da sua missão.

Os procedimentos para recrutamento de pessoal docente vêm respeitando integralmente a legislação sobre a qual esta matéria se rege. A distribuição exclusiva de horários completos na mobilidade interna visa garantir a correta utilização dos recursos humanos docentes, bem como a eficiência dos investimentos feitos nos recursos humanos do sistema educativo.

Trata-se de uma atuação orientada no sentido de assegurar uma gestão racionalizada dos recursos humanos da Administração Pública e que se insere num conjunto mais vasto de medidas com vista a adequar a ação do Estado às necessidades existentes.

Este referido procedimento foi legitimado, como bem se sabe, pelo acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul datado de 16 de abril de 2020, de onde resulta clara a necessidade de adotar a solução que melhor sirva o sistema educativo assente numa adequada gestão de recursos humanos docentes e numa adequada utilização de dinheiros públicos, o que passa pela disponibilização de horários completos no concurso de mobilidade interna.

O acórdão esclarece ainda que as regras aplicadas ao concurso interno antecipado de 2018/2019, a que alude a petição, decorrentes da alteração do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, e introduzidas na Assembleia da República, se restringiam àquele concreto concurso e não a qualquer outro, não constituindo assim norma interpretativa.

Na mesma linha, importa dizer que não foi omitida qualquer informação aos candidatos, uma vez que o Ministério da Educação deu nota pública da solução, que só não foi adotada no ano de 2020 porque o acórdão foi proferido em data posterior ao aviso de abertura do concurso e o Ministério decidiu com base na manutenção da estabilidade dos procedimentos, nas expectativas dos docentes e na conclusão do ciclo de quatro anos decorrente da abertura do último concurso, respeitando desta forma os imperativos de justiça e boa-fé.

A valorização dos profissionais que trabalham nas escolas e, em particular, a criação de condições para a estabilidade da função docente, assumem um papel insubstituível na promoção da qualidade da escola pública, na estabilidade dos projetos pedagógicos e na melhoria da qualidade das aprendizagens.

É conhecida a intenção do Governo de proceder à revisão do modelo de recrutamento de professores, intenção essa já transmitida às estruturas sindicais do setor, para potenciar a estabilidade no acesso à carreira e a vinculação mais rápida a quadros de agrupamentos e de escolas não agrupadas.

Esta revisão terá como principais objetivos a criação de um quadro legislativo que permita uma maior agilidade na gestão de recursos humanos docentes, a criação de condições para a fixação de docentes a quadros de agrupamentos de escola e a escolas não agrupadas, a alteração de habilitações admitidas para contratação, a alteração de intervalos de horários para a contratação e a revisão do âmbito geográfico dos atuais quadros de zona pedagógicos.

Os procedimentos de negociação coletiva com estruturas sindicais visam garantir a promoção da estabilidade da colocação dos docentes, bem como suprir as reais necessidades sentidas.

Como bem se vê, o Ministério da Educação está atento e empenhado em encontrar as melhores soluções para as carências de docentes e para a sua irregular distribuição pelo País — mais sentidas em alguns grupos de recrutamento em algumas zonas do País —, situação que só se resolverá com soluções que permitam maior agilidade na gestão de recursos humanos, que deverão ser inscritos no novo quadro legal a negociar com os sindicatos.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Emília Apolinário, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Emília Apolinário** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento os peticionários desta iniciativa na pessoa da sua primeira subscritora. As suas pretensões mantêm atualidade e têm respaldo nas anunciadas dificuldades que já se sentem no recrutamento de professores e que se vão agravar.

No final do segundo período, cerca de 30 000 alunos ficaram sem professor em pelo menos uma disciplina. O Sr. Ministro reconhece que, no final deste ano letivo, serão 7000 alunos e no próximo, provavelmente, 110 000.

A educação como a saúde — vimos hoje — vivem tempos de emergência. A OCDE diz aquilo que já sabemos: no contexto europeu, os professores portugueses são os mais desgastados, os que mais burocracia inútil preenchem, vítimas de uma organização de trabalho que os adocece.

Aos professores, não se lhes pode pedir mais tarefas burocráticas, pois é onde todos os anos gastam muitas energias, restando-lhes pouco tempo para ensinar e para se dedicarem ao trabalho com os seus alunos, que é a sua função primordial.

Que outra profissão se confronta com mobilidade laboral durante 20 anos? Faz, ou não, sentido haver horários incompletos para professores do quadro a quem se paga por inteiro?

Os concursos de professores são uma manta de retalhos e estão longe, muito longe, de servir a nossa educação e a nossa escola, mas este problema não tem merecido a devida preocupação por parte do Ministério, que elude questões estruturais com medidas paliativas.

O PSD não aceita medidas avulsas que avolumam os problemas, complicam o sistema, não beneficiam a atividade educativa, não dignificam os professores, geram iniquidades e injustiças e acabam nos tribunais.

Foi nesse sentido que o PSD apresentou o Projeto de Resolução n.º 1122/XIV/2.<sup>a</sup>, que foi aprovado, mas teve os votos contra do PS.

A gestão deste *dossier* é o espelho da ação governativa socialista: enche a boca com a escola pública, mas só modifica o estritamente necessário, engana os problemas estruturais, compromete o futuro da educação dos portugueses.

Agora que é manifesta a falta de docentes, olhemos para os problemas sem demagogia, porque é no professor que reside a esperança de uma educação melhor e o PSD dirá «presente».

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Castro, do Grupo Parlamentar do Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Srs. Peticionários: Ano após ano, são discutidos os problemas do regime de recrutamento e de mobilidade do pessoal docente.

Ano após ano, os professores continuam a alertar para várias injustiças em relação aos procedimentos concursais, que desvirtuam a graduação profissional dos docentes.

Ano após ano, temos professores descontentes, revoltados, deprimidos e cada vez menos docentes no ativo.

A realidade da educação no nosso País caracteriza-se pela instabilidade na escola e todos sofrem, dos alunos aos professores.

Plenário após Plenário, falamos de políticas de educação e de ensino, mas há uma palavra que frequentemente falha e fica esquecida: as crianças. É que elas têm de estar no centro das políticas. Nunca as crianças deixam de ser o futuro de um País e nunca nos podemos esquecer disto nestes debates.

**Vozes do IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — O Governo tem falhado nisto e tem falhado ainda em salvaguardar a compatibilidade entre vida profissional e pessoal dos docentes — a petição fala sobre isto. O concurso de mobilidade interna ajudaria também a estes fins.

Em agosto de 2021, quando se conheceram as listas de colocação de concursos de mobilidade interna, verificou-se que mais de 13 000 professores mudaram de escola. As escolas ainda não estão dotadas dos quadros de que precisam e os diretores continuam sem ter direito a dar uma palavra sobre este assunto.

Há órgãos com responsabilidades no domínio pedagógico ou didático, na orientação e acompanhamento de alunos, que continuam sem ter uma palavra neste assunto, pelo que temos de insistir na posição do Iniciativa Liberal em que os concursos de recrutamento têm de passar por mais autonomia das escolas.

O sistema está afundado em burocracia, os alunos perdem semanas de aulas enquanto aguardam a substituição de professores que têm de acomodar horários incompletos, de correr à procura de soluções de última hora e a instabilidade de procurar compensações. Isto não deveria ser assim.

Mais uma vez, precisamos de reformas, precisamos de ambição.

**Vozes do IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — Portugal precisa também de uma política de recolha de dados constante, não apenas em situações de emergência, sobre aposentações, professores com disciplinas por lecionar, abandonos de profissões, previsões de necessidades de professores por disciplinas.

Temos, em diversas vertentes, alertado para a necessidade de dados para a fundamentação de políticas públicas.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Há que antecipar contingências.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — Também na educação isto é um problema, pelo que há que responder aos desafios e problemas atempadamente, sem prejudicar o sistema educativo. Não há razão para Portugal continuar nesta situação a não ser por falta de ação política, por falta de visão, por falta de reformas.

**Vozes do IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — Em relação às iniciativas em concreto arrastadas por esta petição, queria deixar três últimas notas. Primeiro, parece-nos da maior pertinência a inclusão de todos os horários completos e incompletos nos procedimentos de mobilidade interna e, por isso, acompanharemos esta iniciativa.

No restante, há medidas avulso que — mais uma vez, insistimos —, pontualmente, poderão parecer que solucionam casos concretos, mas continuam a desestruturar e a não reformar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço-lhe que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Castro** (IL): — Vou concluir, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sobre as compensações por deslocações, este é, mais uma vez, um tema pertinente com uma má solução. Soluções únicas, centralizadas e que tomam o todo por igual nunca são boas soluções.

*Aplausos do IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Madureira, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Madureira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: De facto, voltamos a dizer aquilo que vimos anunciando nestas discussões, que o atual momento educativo do nosso País é preocupante, como é preocupante — e vimo-lo, nesta tarde, nesta Câmara — o atual momento da saúde em Portugal. São duas áreas onde o Governo tem falhado sistematicamente.

O PS muito apregoa o que considera serem os avanços na educação, mas faz uma oposição sobre o passado, quando aquilo que se pretende é que o Governo governe olhando para o futuro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Madureira** (PSD): — Vamos a factos: não houve visão prospetiva e não se vislumbra a estratégia. O Governo, aliás, não governa há quase sete anos.

Os professores continuaram a envelhecer, mas continuam agarrados a tarefas não essenciais. É inadiável mudar o sistema de recrutamento, que já não corresponde a quase ninguém, nem ao que é necessário. Há que mudá-lo!

O Governo que demonstre capacidade para envolver todos os parceiros, assuma coerência e ousadia nas propostas, quebre tabus na autonomia das escolas e recentre a missão dos professores.

Em 2019, o Governo prometeu que iria estudar um modelo de recrutamento e colocação de professores com vista à introdução de melhorias que garantissem maior estabilidade do corpo docente, diminuindo a dimensão dos quadros de zona pedagógica. Também prometeu, entre outras coisas, que iria criar incentivos à aposta na carreira docente e ao desenvolvimento de funções docentes.

Cumpriu? Não, não cumpriu, mas em 2022 volta a prometer.

O último concurso plurianual constituiu mais uma oportunidade perdida. O Ministro fala em mudanças paradigmáticas e também ouvimos hoje que fala em intenções, mas o que os professores, as escolas, os alunos, as famílias precisam, realmente — aquilo de que o País precisa e pelo que reclama —, é que a profissão seja dignificada, que os alunos tenham as aulas esperadas e que os professores deixem de andar com a casa às costas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Madureira** (PSD): — O recrutamento é uma manta que, de tão esburacada, já não suporta mais remendos.

Este Ministro sucede ao anterior e parece não ter nada de novo para oferecer. Ou melhor...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Madureira** (PSD): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Aquilo que ouvimos da bancada do PS é que o Ministro está atento, mas, mais do que estar atento, é preciso agir.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Discutimos muitas vezes nesta Casa, e temos de o discutir no País todo, como é que podemos valorizar não só a profissão de docente, mas também a vocação.

Creio que uma parte da resposta é simples e evidente, a partir deste debate, ou seja, tratando bem quem já é docente, quem, há muitos anos e décadas, anda com a casa às costas, quem não teve horários completos porque, muitas vezes, não os havia. Isto é, não mudando as regras a meio do jogo, que é o que está a acontecer.

Ninguém é contra — creio que os peticionários e as peticionárias também não são — que haja mais concursos para horários completos, mas, nesse caso, que se faça justiça a quem teve horários incompletos durante estes anos todos, para que se possam candidatar a estes horários completos.

O Livre não só acompanha as preocupações dos peticionários, como acompanhará uma proposta do PCP nesse sentido, votando-a favoravelmente.

Na semana passada fomos, também, mais longe, com outros Deputados e Deputadas desta Casa, no sentido de se abrirem mais concursos definitivos, permitindo que quem esteja há três anos como docente possa ter lugares definitivos.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Augusto Santos Silva.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Concluo, Sr. Presidente.

Se não o fizermos e se a sociedade não vir que o estamos a fazer, então, fica muito mais difícil a tarefa de lutar contra o envelhecimento e a precarização do corpo docente.

Obrigado pela vossa petição.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero deixar claro que o que está em causa é que o Governo sabe que, com esta alteração ao concurso, vai obrigar à deslocação de milhares de docentes que têm a sua vida na escola estabilizada. E fá-lo como mais um plano de contingência para resolver a falta de professores, que é estrutural.

O problema é que quem vai pagar esse plano de contingência são os professores, que não vão ter apoios para a deslocação, para mudar de vida e para mudar de casa. É isso que é preciso corrigir.

Quanto ao PSD, bonitas palavras, mas acho que todos os professores e professoras ainda se lembram de quando o PSD não permitiu — chumbou! — a recuperação do tempo de serviço, que era uma das questões que permitiria a valorização do tempo e da carreira docente.

*Aplausos do BE.*

*Protestos das Deputadas do PSD Carla Madureira e Maria Emília Apolinário.*

O Sr. **Presidente**: — Concluimos, assim, o ponto 2 da nossa ordem de trabalhos e passamos ao ponto 3, que consta da apreciação da Petição n.º 612/XIII/4.<sup>a</sup> (Margarida Quintela e outros) — Contra o fim da atual Linha Amarela do metro de Lisboa, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 69/XV/1.<sup>a</sup> (BE) — Suspensão imediata das obras da linha circular do metro de Lisboa, 52/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto no artigo 282.º da Lei do Orçamento do Estado de 2020 e suspenda o processo de construção da linha circular do metro de Lisboa e 84/XV/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão do projeto de linha circular do metro de Lisboa rejeitada pelo Parlamento e evolução para a linha em laço.

Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 69/XV/1.<sup>a</sup> (BE), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Peticionários: A Petição n.º 612/XIII/4.<sup>a</sup>, que discutimos, foi entregue ao Parlamento no dia 20 de março de 2019. A discussão ocorre hoje, no dia 14 de junho de 2022, e eu quero pedir desculpas aos peticionários por este atraso e agradecer a vossa persistência. Mas, com a mesma justiça, quero dizer-vos, bem como a todas as pessoas que se opõem a esta linha circular do metro em Lisboa, que o Parlamento não deixou de fazer o que devia.

Ainda em 2019, na sequência de projetos de resolução de vários partidos, entre os quais se inclui o Bloco de Esquerda, a Assembleia da República aprovou uma resolução a recomendar a suspensão das obras da linha circular do metro de Lisboa.



Em março de 2020, uma lei da Assembleia da República — não uma lei qualquer, mas sim a lei do Orçamento do Estado da Assembleia da República — ordenou ao Governo a suspensão do processo de construção. Não se trata de um pormenor: o Governo desrespeitou deliberadamente uma lei da Assembleia da República e fê-lo com a cumplicidade do Presidente da República!

E em nome de quê, Srs. Deputados? Que méritos excepcionais pode ter este projeto que levem o Governo a atropelar a lei da Assembleia da República, a vontade de vários municípios, a vontade de assembleias municipais, a contestação de moradores e de ativistas de todas as cores políticas menos do Partido Socialista? Porque insiste o Governo em enterrar, literalmente, centenas de milhões de euros numa linha que não serve a população da Área Metropolitana de Lisboa?

Para todas as pessoas que usam a Linha Amarela a norte do Campo Grande — algumas das estações mais movimentadas de Lisboa, como é o caso de Odivelas —, a vida vai ser mais dura, incluindo trajetos com mais mudanças e mais longos. Para quem vem de fora do centro, como por exemplo de Loures, a vida continuará a ser tão dura, com longas filas de trânsito e mais poluição.

Ao abdicar de expandir a linha do metro para zonas onde vivem as pessoas que se deslocam a Lisboa todos os dias para trabalhar, o Governo fez uma escolha, que é a do metro do turismo. O Governo escolheu o metro do turismo, fechado sobre si mesmo, sem servir quem dele precisa, quem o merece, quem trabalha e quem vive na zona metropolitana de Lisboa.

O que fazemos hoje é reiterar a posição de sempre, porque ela não perdeu razão com o tempo. Se estamos perante um facto consumado, foi porque o Governo assim quis. A culpa é do Governo, que não respeitou o Parlamento, não respeitou a sociedade, não respeitou as câmaras municipais. Aquilo que exigimos agora ao Governo é que ofereça e dê esse respeito, não só à Assembleia da República, mas também aos peticionários e à sociedade civil, que exige a suspensão dessas obras e a alteração do plano do metro da zona metropolitana de Lisboa.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 52/XV/1.<sup>a</sup> (PAN), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os mais de 4000 cidadãos, incluindo aqueles que se encontram nesta Assembleia da República e que vieram, mais uma vez, defender a preservação da Linha Amarela.

As cidades e as áreas metropolitanas devem ser feitas para os cidadãos que nelas vivem, para quem nelas tem de trabalhar, para quem nos quer visitar, mas não podem ficar reféns do turismo e, menos ainda, de um projeto que, claramente, não serve os interesses de quem tem de se deslocar diariamente.

Basta olharmos para o projeto da linha circular, que vai obrigar os passageiros de Odivelas, da Ameixoeira ou do Lumiar a mudar de linha para chegarem à Cidade Universitária ou ao Marquês de Pombal, e a terem de o fazer pelo menos duas vezes caso queiram chegar ao Parque das Nações.

A somar-se a isto, à junção da Linha Verde e da Linha Amarela numa só, este projeto vai encher ainda mais as carruagens de metro, já de si sobrelotadas, e a linha circular vai ser sinónimo de viagens com mais desconforto e de incentivo ao uso do automóvel em Lisboa. Como bem sabemos, temos diariamente cerca de meio milhão de automóveis a circular na área metropolitana e a entrar na cidade de Lisboa, com o consequente aumento da poluição atmosférica e sonora.

Em 2020, pela mão do PAN, ficou inscrita no Orçamento do Estado uma medida que previa a suspensão do processo de construção da linha circular do metro de Lisboa. Não podemos ignorar que a Câmara Municipal de Lisboa também aprovou uma moção que expressava a sua posição favorável a esta mesma suspensão e, mais uma vez, o Governo ignorou-a olímpicamente.

Os impactos da linha circular são diretos na vida quotidiana e na mobilidade das cidades, em particular da Área Metropolitana de Lisboa, na qualidade de vida das pessoas, que, como nos dizem todos os estudos, ao terem estas barreiras — nomeadamente o transbordo —, acabam por não deixar o automóvel em casa e trazem-no para as cidades.

Acima de tudo, a vontade da Assembleia da República, que foi inequívoca, e a vontade do município de Lisboa têm sido desprezadas pelo Governo. É por isso que, acompanhando a vontade dos peticionários, apresentamos este projeto de resolução, que, mais uma vez, pugna pela suspensão da linha circular.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 84/XV/1.<sup>a</sup> (PSD), tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo, necessariamente, por saudar os 4366 peticionários que subscreveram a petição que hoje apreciamos, aliás, na linha de petições anteriores que reuniram dezenas de milhares de cidadãos que manifestaram preocupações, críticas e discordâncias sobre a opção errada que o Governo tomou em relação à expansão do metropolitano de Lisboa, nomeadamente a criação da linha circular, que amputa a continuidade da rede do metro desde a zona norte de Lisboa e da área metropolitana, prejudicando muitos milhares de utentes deste transporte.

O PSD saúda os cidadãos e não pode deixar de lamentar que esta petição, que deu entrada na Assembleia da República em 2019, tenha demorado mais de três anos até merecer a atenção deste Plenário. A demora é lamentável, mas é mais grave porque a suspensão das obras que é defendida — e bem! — deixou de ser realista face aos avanços que estas, entretanto, tiveram.

Na verdade, a realidade revela que, mesmo que esta petição tivesse sido apreciada mais cedo, como deveria, isso nada alteraria. Hoje, depois da demonstração do erro da linha circular, depois de reunir as críticas de todos os setores — técnicos, académicos, autárquicos, políticos e de cidadãos —, depois de desrespeitar as deliberações da Assembleia da República, podemos afirmar que nada demoveu o Governo na sua teimosia em avançar com a solução da linha circular do metro de Lisboa.

No entanto, o cenário mantém-se. A linha circular do metropolitano de Lisboa, tal como foi prevista, irá prejudicar a acessibilidade dos cidadãos que diariamente entram em Lisboa para trabalhar, particularmente da zona norte da área metropolitana, e compromete a expansão da rede para essa mesma zona.

Hoje, estamos perante uma solução errada, mas já em curso, cuja reversão seria financeiramente inoportável. O PSD observa com preocupação a forma irresponsável como o Governo tem conduzido o processo de expansão do metropolitano de Lisboa e, em geral, a prestação da empresa. Para além da má opção em relação à linha circular, constata-se diariamente problemas no funcionamento do metro que põem em causa o adequado serviço às populações que deveria servir, com falhas no serviço, incumprimento das frequências e incapacidade para dar resposta à procura.

Perante a degradação do serviço da Metropolitano de Lisboa, o Governo não soube salvaguardar atempadamente o interesse dos utentes. Apenas agora, já tarde, anuncia o reforço de trabalhadores que há muito era necessário.

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O processo relativo à criação da linha circular do metropolitano de Lisboa começou mal. Desde logo, quanto à prioridade na expansão, que deveria ter sido para a zona ocidental de Lisboa. Depois, em relação ao desenho da linha, com uma avaliação entre alternativas que não eram comparáveis nos objetivos ou nos pressupostos, pelo que o resultado foi viciado à partida. Talvez por isso os estudos tenham sido escondidos até ser possível.

Todo o processo foi errado. Foi uma má decisão do uso de dinheiros públicos, foi pouco transparente, ignorou os autarcas, não ouviu as populações e é tecnicamente errada, conforme demonstraram todos os especialistas. Ou melhor, conforme demonstraram todos, exceto aqueles contratados para defender esta solução, tendo desrespeitado até as deliberações da Assembleia da República.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A linha circular, tal como foi planeada, não serve a população. Antes pelo contrário, como foi já demonstrado, ao seccionar um troço da atual Linha Amarela, desligando-a do acesso direto ao centro de Lisboa, a solução desenhada afeta dezenas de milhares de utentes — de Telheiras, do

Lumiar, de Odivelas e, indiretamente, de toda a zona norte da área metropolitana —, obrigando-os a um transbordo no Campo Grande. Ora, tecnicamente, um transbordo é um fator de dissuasão à utilização dos transportes públicos, incentivando a opção pelo uso do automóvel.

O projeto de resolução que o PSD apresenta pretende contribuir com uma solução que possa mitigar a má opção da linha circular para a população da zona norte de Lisboa e de toda a área metropolitana. A solução da linha em laço, conforme defendemos, está tecnicamente estudada, responde ao argumento da diferença de frequências necessárias ao longo da linha e garante, sem mais obras e sobre a opção já em curso, manter a ligação de toda a rede ao centro da cidade sem transbordos, beneficiando os utentes.

O PSD mantém a crítica à opção assumida pelo Governo, mas pretende, de forma responsável, contribuir com uma solução realista que possa mitigar os transtornos criados.

Estou a terminar, Sr. Presidente.

O PSD reafirma a sua posição na defesa da expansão da rede do metro de Lisboa para o ocidente, ao encontro dos fluxos de pessoas nas zonas limítrofes ainda não servidas por este meio de transporte, num processo que seja devidamente planeado, tecnicamente sustentado, com participação pública e com respeito pela posição das autarquias, evitando cometer os mesmos erros deste processo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alma Rivera, do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou começar por ler o n.º 1 do artigo 282.º da Lei n.º 2/2020, que diz que «o Governo promove, durante o ano de 2020, as medidas necessárias, junto da empresa Metropolitano de Lisboa, EPE, para suspender o processo de construção da linha circular entre o Cais do Sodré e o Campo Grande, devendo ser dada prioridade à expansão da rede do metropolitano até Loures, bem como para Alcântara e a zona ocidental de Lisboa».

Isto não é nada mais nada menos, como todos sabemos, do que o Orçamento do Estado de 2020.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — Ora, estamos em 2022 a discutir isto, porque o PS não cumpriu com o que foi aprovado no Orçamento de 2020 e que resultou da proposta do PCP, aprovada com o voto contra do Partido Socialista e a abstenção do Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É um facto.

A Sr.<sup>a</sup> **Alma Rivera** (PCP): — É verdade que esta não foi a única norma que o PS incumriu em vários Orçamentos, o que é muito grave também.

Mas é muito grave não ter respeitado a decisão democrática deste Parlamento para impor ao País e à cidade uma expansão que só serve os interesses imobiliários e do turismo e não contribui para resolver os problemas de mobilidade da cidade, nem para responder aos verdadeiros interesses de quem cá vive e trabalha, sobretudo, se tivermos em conta necessidades urgentes que existem e que deviam ter prioridade, de acordo com a norma do Orçamento do Estado. Esta expansão pode criar graves problemas de segurança e, inclusivamente, significa o aumento dos transbordos para as populações de Odivelas até ao Campo Grande.

Trata-se de uma solução que é condenada desde o primeiro momento pelos trabalhadores do metro e também por quadros com grandes responsabilidades na empresa, e que, mesmo sem contarmos com derrapagens e atrasos, tem elevadíssimos custos financeiros. É absolutamente condenável a prepotência do Governo nesta questão e constitui um erro grave que será pago por todos nós, infelizmente.

Posto isto, em nome do PCP, gostaria de cumprimentar os petiçãoários e todos aqueles que se empenharam e empenham nesta questão. É uma luta que o PCP apoia desde o primeiro momento e a que continuará a dar voz e fá-lo com a consciência de ter lutado contra esta linha circular, neste Parlamento, na Câmara Municipal de Lisboa, nas ruas, com a população, sem duas caras, pelo que é melhor para a população.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Chega agradece aos peticionários desta iniciativa por trazerem este tema a debate.

A projeção e construção da Linha Verde Circular foi sempre um tema controverso, o que, desde logo, demonstrou que não houve a devida auscultação e o devido esclarecimento da sociedade civil.

Estudos encomendados pela empresa Metropolitano de Lisboa apontam para um aumento exponencial de novos passageiros, assim como para acentuados ganhos económicos. Importa, no entanto, frisar que uma decisão desta importância não se deve basear somente num único estudo, encomendado pelo interessado.

Por outro lado, ainda que o estudo possa ser isento, não é aceitável a tomada de decisões tendo por base unicamente os ganhos económicos. Questionamos se aqui foram considerados os danos que serão criados para quem vive, trabalha e estuda na Grande Lisboa.

É irrefutável que os ganhos económicos previstos irão traduzir-se em problemas de mobilidade para muitos passageiros que hoje usam o metro a partir das estações de Odivelas e da parte alta de Lisboa — mais de 800 000 potenciais utilizadores —, dado que, com a implementação da Linha Verde Circular, o movimento registado de passageiros que passarão a fazer mais um transbordo entre estações do metro ultrapassará os 4 milhões por ano, repito, 4 milhões por ano.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Contrapondo o estudo efetuado a pedido da Metropolitano de Lisboa e que suporta a opção da construção da linha circular, com os dados da petição subscrita pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Margarida Quintela, verifica-se que existem posições divergentes, no que diz respeito ao transbordo e aos tempos de espera nas estações.

Enquanto o estudo efetuado refere que a opção da linha circular irá permitir um aumento de 109 milhões de passageiros, durante um período de 30 anos, e de 3 milhões de passageiros, logo no primeiro ano, e que os tempos médios de espera irão ser inferiores em todos os casos — exceto na Linha Vermelha, em que se irão manter —, o texto da petição refere claramente que será praticamente impossível, no período da hora de ponta da manhã, satisfazer toda a procura existente. Será praticamente impossível assegurar que os passageiros consigam entrar no primeiro metro proveniente de Odivelas que chegue ao Cais logo a partir das estações do Lumiar ou da Quinta das Conchas, até ao Campo Grande, dado que o mesmo virá completamente lotado.

Adicionalmente, o texto da petição deixa implícito que o transtorno provocado pela mudança de linha é bastante superior ao atraso temporal provocado por esta mudança. Efetivamente, o estudo encomendado pela Metropolitano de Lisboa levanta-nos sérias dúvidas quanto aos números apresentados, além de que a solução da Linha Verde Circular não é, de forma alguma, consensual, pelo que seria de extrema importância a obtenção de um estudo independente da oferta e da procura, a fim de ser aferida a real viabilidade do projeto.

*Aplausos do CH.*

Contudo, nunca poderemos esquecer que a rede de metro serve um propósito essencialmente social, ou seja, garantir melhores condições de mobilidade às pessoas que residem na Grande Lisboa, e, adicionalmente, também serve um propósito ambiental. Quanto menos atrativa for a utilização de transportes públicos, mais promovemos a utilização do automóvel.

Num cenário em que a descarbonização está em cima da mesa, não deixa de ser paradoxal que esta não seja uma prioridade na tomada de decisão sobre a gestão dos transportes públicos.

É importante assegurar uma gestão eficiente de toda a rede de metro. Contudo, questões meramente económicas, como a execução de fundos europeus ou uma decisão executiva forçada, nunca poderão justificar o sacrifício adicional de milhares e milhares de pessoas que todos os dias têm de se deslocar entre a sua casa, o seu emprego e a escola dos filhos e que possuem como única alternativa este meio de transporte.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Termine, Sr. Presidente.

Consideramos que os fundos executados para a criação da linha circular poderiam ter tido um uso bem mais frutífero, como, por exemplo, a expansão da rede de metro para a Amadora ou para Loures.

Caso não seja possível a reversão do projeto da linha circular, é imperativo que a Metropolitano de Lisboa consiga solucionar urgentemente o constrangimento criado, que terá um enorme impacto negativo na vivência diária de milhares e milhares de pessoas.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Anastácio.

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaríamos de começar esta intervenção com uma saudação aos petionários, por trazerem a esta Casa a discussão da petição contra o fim da atual Linha Amarela do metro de Lisboa. Somos uma democracia participativa, que se realiza com estes elementos, por isso, saudamos o impulso cidadão de trazer a esta Casa este debate.

Contudo, se é verdade que à cidadania e aos seus autores dirigimos uma palavra de apreço, essa palavra de apreço não é a que dirigimos às iniciativas do Bloco de Esquerda, do PAN e do PSD.

Não falo da ingerência clara do Parlamento nas competências do Executivo, se fosse avante o que a oposição propõe, falo, sim, do objetivo das suas iniciativas, que é lançar ruído e confundir os tempos. Mas este tempo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, já não é, mesmo, o da discussão, é o tempo da execução, e o que VV. Ex.<sup>as</sup> pretendem não é mais do que arrastar indefinidamente esta discussão, para que não se faça nada, com um prejuízo claro para o País e para o investimento no sistema de transportes e para o sucesso dos objetivos da neutralidade carbónica.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não se faça nada!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — O projeto da expansão do metropolitano de Lisboa foi objeto de análise cuidada e de vários estudos. É verdade que não são os estudos em que VV. Ex.<sup>as</sup> acreditam, porque os senhores só acreditam em estudos que sejam para validar a vossa posição.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Olha quem fala!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — O investimento nesta linha é de 240 milhões — 103 milhões são de fundos comunitários — e, por isso, o que os senhores deviam dizer, com clareza e transparência aos portugueses, é que estão confortáveis com a possibilidade de o País desperdiçar verbas para investirmos no metropolitano em Lisboa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **António Prôa** (PSD): — É só corrigir!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Srs. Deputados, aqui há algum tempo, éramos acusados de decisão ideológica, porém, não há decisão mais ideológica do que esta de desperdiçar verbas, quando as coisas já estão em andamento. Sobre decisão ideológica, estamos conversados!

Esta linha, como já foi dito várias vezes, permite densificar a oferta do metropolitano de Lisboa e reduzir tempos de deslocação para o centro da cidade.

Através da linha circular, liga-se o transporte ferroviário, de Cascais, e fluvial, do Tejo, ao eixo central ferroviário urbano, de Sintra, Azambuja, Setúbal, e, regional, a Entrecampos, sem necessidade de qualquer transbordo.

Esta é uma solução que garante pontos de elevada frequência, onde todas as linhas se tocam. As expansões futuras apenas têm sentido se se robustecer o centro. A solução em construção é a que responde à imagem que os senhores gostam tanto de projetar nestes ecrãs, que é a imagem dos metros apinhados na hora de ponta, em Lisboa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Está bem, tem razão! O metro já agora funciona mal!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Os benefícios são claros e com a linha circular teremos mais 12 milhões de passageiros, menos 7500 veículos a circular por dia, menos 5038 toneladas de CO<sub>2</sub> por ano, menos 568 toneladas equivalentes de petróleo por ano.

*Protestos do CH.*

Quero dizer uma coisa sobre a expansão para Alcântara, uma vez que ouvi o PCP dizer que isto a prejudica. À data de hoje, a expansão para Alcântara está a decorrer tão rápido quanto é possível...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde mora?!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Já andou de metro?!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — ... e não há qualquer decisão relativa à linha circular que possa resultar num ganho de tempo para a expansão da Linha Vermelha até Alcântara.

O estudo de impacte ambiental — como presumo que os Srs. Deputados saibam — está para consulta pública e esperamos saber a vossa opinião.

*Protestos do CH e do PCP.*

A Linha Vermelha está inscrita no PRR e são 304 milhões de investimento, por isso, este é um falso argumento, que os senhores aduzem e que não é por dizerem mais vezes que se torna verdade.

*Protestos do PSD e do CH.*

Sobre a história do transbordo, é falso que o transbordo no Campo Grande seja obrigatório, é possível haver comboios de Odivelas ao Cais do Sodré. O pior é ver que este argumento é feito desconsiderando que quem hoje faz transbordo no Cais do Sodré passa a perder, pelo menos, metade do tempo no transbordo, e que inclusivamente...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Conhece o metro? Fale para os peticionários!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Falo para si, o senhor é que é Deputado!

Muitos residentes de Odivelas e Loures chegam a Lisboa, ao Campo Grande, de autocarro, e passam a perder, pelo menos, metade do tempo no transbordo.

*Protestos do PSD e do CH.*

Nesta argumentação, é ainda ignorado que existirá reforço nos transportes para Loures e para Odivelas. Isto porque é também de conhecimento público que a Metropolitano de Lisboa, a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Odivelas assinaram um protocolo de cooperação...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, permita-me.

Nós temos de ouvir-nos uns aos outros com cordialidade e interesse, independentemente de partilharmos ou não as mesmas opiniões. Por isso, Sr. Deputado, faça favor de concluir e os restantes Srs. Deputados façam favor de criar as condições para que essa conclusão possa ocorrer.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, foi assinado um protocolo entre os municípios de Loures e Odivelas e a Metropolitano de Lisboa, para dar a concretização a um projeto de expansão na cobertura intermodal, na atual Linha Amarela do metropolitano de Lisboa, a partir da estação de Odivelas e com continuidade entre os concelhos de Loures e Odivelas. São 204 milhões que estão previstos no Plano de Recuperação e Resiliência.

Quero dizer-vos, Srs. Deputados, que a posição do PCP é incoerente e tacticista, porque os senhores bem sabem onde estiveram em 2009, quando, na altura, aprovaram esta expansão na Câmara Municipal de Lisboa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É mentira! Não está informado!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Depois veio a troica...!

O Sr. **Pedro Anastácio** (PS): — Foi com os votos a favor do PS, do PCP e a abstenção dos Srs. Deputados do PSD. Por isso, se há quem tenha de dar explicações são as bancadas de que os senhores fazem parte.

*Risos e protestos do PSD.*

Posteriormente, o que também é curioso, o PCP recuperou a ideia de uma expansão do metropolitano pesado até Loures.

Ora, Srs. Deputados, é curioso ver que quem anda sempre com o poder local democrático na boca é o primeiro a desrespeitá-lo, porque esta é uma decisão das Câmaras de Odivelas e de Loures.

*Protestos do PCP.*

Por fim, Srs. Deputados, quero só dizer que o PSD está neste debate com muito desconforto porque o último investimento que fizeram no metropolitano de Lisboa foi de 15 milhões, para concluir a estação da Reboleira — obra iniciada por nós.

*Protestos do PSD.*

O PS investiu 748 milhões na linha circular, na Linha Vermelha para Alcântara, na ligação Odivelas e Loures e investirá, até 2030, mais 3000 milhões na mobilidade urbana, na Área Metropolitana de Lisboa.

Por isso é que lhes custa este debate. Por conseguinte, queria dirigir-me novamente ao PSD, para dizer que o que está aqui em causa é outro tipo de laço, que não abordaram na vossa iniciativa nem na vossa intervenção. Aqui o laço não é para qualquer linha circular ou para qualquer linha de metro, o laço é o serviço da bancada do PSD à nova liderança partidária, é o *smoking* de Luís Montenegro que casa bem com o laço de Carlos Moedas.

Srs. Deputados, peço-vos para resistirem a estes intentos tribunícios, sob pena de acabarmos a discutir, no Parlamento, a ciclovia da Avenida Almirante Reis.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, do IL.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por pedir desculpa ao Plenário, porque estamos a falar de metro, mas, primeiro, tenho de falar de autoestrada. Isto porque acabei de ver um pouco aquela história, que já todos conhecemos, de alguém que entra em sentido contrário na autoestrada Lisboa-Porto e vai até ao Porto a dizer que todos os outros é que estão errados e que o Código da Estrada também está errado. Foi o que acabámos de presenciar.

Voltando então ao metro, começo, obviamente, por saudar os petiçãoários — foram mais de 4000 — que trouxeram a esta Câmara mais um caso paradigmático, que demonstra como é que o PS, ainda sem maioria absoluta, já tinha uma visão absolutista de como exercer o seu poder. É o PS do tudo quer, do tudo pode, é o PS da inimputabilidade, que não ouve ninguém, como ainda agora acabámos de ver.

A linha circular do metro de Lisboa é um claro exemplo daquele ditado popular de que «quando algo nasce torto, tarde ou nunca se endireita» ou até daquela expressão popular, que muito bem se adequa ao PS, «fazer ouvidos de mercador».

Peço desculpa por ser repetitivo, porque o que vou dizer alguns Deputados das outras bancadas já disseram, mas isto tem mesmo de ser dito.

Vejamos: em 2019, o Governo ignorou uma resolução da Assembleia da República para suspensão da obra, à qual, notem bem, nem a bancada do PS se opôs. Não satisfeito, o Governo atropelou uma norma do Orçamento do Estado para 2020 — Orçamento do Estado, não é uma coisa de somenos! — que determinava a suspensão da obra. Mais recentemente, já sem Fernando Medina como Presidente da Câmara de Lisboa, a autarquia aprovou uma moção para interromper a construção da linha circular, mas nem assim o desrespeito pelo funcionamento das instituições teve ponto final por parte do PS.

Estamos a debater as consequências de um mau projeto, que terá efeitos nefastos em várias partes da cidade, que não resolve e complica, sobretudo, as respetivas ligações aos concelhos limítrofes, mas também de um projeto que, na sua fase de estudos, já indiciava o pior a nível de qualquer procedimento.

Ainda em 2016, o chefe do departamento de planeamento da rede de metro de Lisboa propôs a adjudicação de um estudo sobre as previsões de tráfego com cinco alternativas para a expansão da rede — cinco alternativas, sim senhor, até aqui, tudo bem. Sucede, porém, que uma ainda administradora da Metropolitano de Lisboa, entretanto, nomeada pelos Governos de António Costa, afastou, sem qualquer fundamento, várias das hipóteses, escancarando, convenientemente, as portas à linha circular, tal como foi noticiado na imprensa, na altura.

Seria importante, obviamente, que os responsáveis da Metropolitano e do Governo esclarecessem, de uma vez por todas, se se tratou ou não daquilo que se pode chamar um «estudo à medida» — ou «à Medina», se preferirem.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pausa dramática!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Esta podia ser uma discussão política, sobre visões diferentes para a mobilidade urbana e para a cidade, mas, infelizmente, como se vê, cá está, é mais um debate para os tiques hegemónicos do PS.

Como o Iniciativa Liberal, sobretudo no plano autárquico, tem vindo a alertar, este projeto é um hino à opacidade. Foi assim em várias fases e tem sido assim com outros projetos relacionados com o metro, como foi, por exemplo, o projeto de consulta pública, promovido pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), acerca do impacto ambiental da Linha Vermelha.

A pressa, a conveniência e a incompetência do PS ignoram os impactos financeiros, ambientais, paisagísticos e sociais da linha circular. E, tal como vários especialistas já explicaram, vão deixar a nu a tal interoperabilidade da rede e os parcos ganhos no tempo de circulação.

Sr. Presidente, sei que o tempo já vai curto, vou tentar terminar. A mobilidade na capital tem, obviamente, de ser resolvida com urgência, olhando ao que são os concelhos limítrofes, mas com rigor, na ótica da utilidade para quem vive, para quem trabalha e até para quem visita Lisboa.

O Iniciativa Liberal é claro sobre isto: a rede de metro precisa de ser expandida, mas com tantos problemas técnicos, custos financeiros, impactos sociais e ambientais, a linha circular nunca devia ter sido opção e ainda devia ser tempo de o Governo sair do buraco em que se meteu e onde está a enterrar o dinheiro dos contribuintes, mais uma vez sem qualquer lógica ou nexos.



*Aplausos do IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eis o que é tão frustrante nos debates sobre infraestruturas neste País — há propostas de alteração orçamental que são aprovadas, há resoluções desta Casa, há resoluções da Câmara Municipal de Lisboa, há uma administração da Metropolitano que segue em frente, um Governo que, evidentemente, lhe dá respaldo, mas que não está aqui para fazer este debate com os peticionários.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Está o PS!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portanto, culminamos com uma petição que vem à discussão quando praticamente já está fora de tempo útil. Ora, isto não ajuda, certamente, a que o debate seja feito de forma séria acerca das vantagens e desvantagens de uma linha circular e de um conceito de expansão para o metro em Lisboa.

Podemos defender que, nas cidades modernas, há dois tipos de movimentos que todos os dias são necessários, um movimento pendular e depois, no centro da cidade, uma maior frequência de comboios. Evidentemente, não podemos aumentar o tamanho das carruagens, nem podemos aumentar as estações no centro da cidade, portanto, a única solução que temos é aumentar a frequência de comboios do metro no centro da cidade, para que não se espere mais do que 3 minutos por cada comboio.

Em tese, concordo com estes princípios, mas a verdade é que este tipo de debate não favorece nunca que haja um esclarecimento informado da população, que ele seja feito fora desta Casa e que, dentro desta Casa, ele seja feito sem recurso a um mero taticismo partidário de parte a parte.

Se não mudamos isso — para a linha circular, para o novo aeroporto de Lisboa, para uma eventual terceira travessia do Tejo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termina, Sr. Presidente.

Se não mudamos isso, nunca mais conseguiremos fazer debates estruturais sobre os investimentos em infraestruturas que temos de fazer neste País.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é apenas para lembrar que o Governo não está presente neste debate, mas o Partido Socialista está.

Não invejo a posição do Sr. Deputado Pedro Anastácio. Compreendo o seu nervosismo, pois não deve ser fácil vir aqui defender a posição do Governo e do Partido Socialista ao longo dos últimos anos.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Anastácio.*

O PS ignorou tudo e todos: todos os pareceres, todos os movimentos, todos os partidos, todas as câmaras municipais. Avançou num projeto contra a lei, apresentou ao Parlamento e à sociedade um facto consumado e agora vem argumentar e acusar a Assembleia da República de ingerência numa decisão do Executivo, um facto consumado que avançou contra a lei, e de deriva ideológica.

Sr. Deputado, é difícil fazer a quadratura do círculo. O Sr. Deputado pode tentar, mas não a faz.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Anastácio.*

O que me parece que este debate nos mostra é que, Sr. Deputado, a prepotência do Partido Socialista não lhe dá razão. A linha circular do metro de Lisboa continua a ser um erro, queira o Partido Socialista ver isso ou não e independentemente da forma prepotente e violenta, até, como vem a este debate.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições, de forma que está encerrado este ponto da nossa ordem do dia.

Informo a Câmara de que está a participar por via remota a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Deputada Palmira Maciel, para a leitura do expediente.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Refiro, em primeiro lugar, a Proposta de Lei n.º 16/XV/1.<sup>a</sup> (ALRAA), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão, e os Projetos de Lei n.ºs 144/XV/1.<sup>a</sup> (PSD), que baixa à 13.<sup>a</sup> Comissão, 145/XV/1.<sup>a</sup> (BE), que baixa à 9.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 1.<sup>a</sup> Comissão, 147/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 3.<sup>a</sup> Comissão, e 148/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 9.<sup>a</sup> Comissão.

Deram ainda entrada, e foram admitidos, os Projetos de Resolução n.ºs 92/XV/1.<sup>a</sup> (PAN), que baixa à 2.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com as 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Comissões, 93/XV/1.<sup>a</sup> (PAN), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, 94/XV/1.<sup>a</sup> (BE), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 7.<sup>a</sup> Comissão, 95/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 13.<sup>a</sup> Comissão, 96/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão, 97/XV/1.<sup>a</sup> (PSD), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, 98/XV/1.<sup>a</sup> (PSD), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, 99/XV/1.<sup>a</sup> (IL), que baixa à 9.<sup>a</sup> Comissão, 100/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão, 101/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão, 102/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão, 103/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 9.<sup>a</sup> Comissão, 105/XV/1.<sup>a</sup> (CH), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 7.<sup>a</sup> Comissão, 106/XV/1.<sup>a</sup> (PSD), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, e 122/XV/1.<sup>a</sup> (Comissão de Assuntos Europeus).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a próxima reunião plenária é na sexta-feira, dia 17, com seis pontos na ordem do dia.

No primeiro ponto, temos o debate de urgência, requerido pelo CH, sobre o caos instalado nos serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia do País.

Do segundo ponto consta o debate do Projeto de Resolução n.º 55/XV/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à reativação da Comissão de Acompanhamento da Descentralização.

Do terceiro ponto consta o debate dos Projetos de Lei n.ºs 4/XV/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina os vistos *gold* (oitava alteração ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), 109/XV/1.<sup>a</sup> (PCP) — Revoga o regime de atribuição de vistos *gold* — autorização de residência para atividade de investimento (nona alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional), 113/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Revoga o programa de autorizações de residência para atividade de investimento, alterando a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, 114/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Obriga o Governo a elaborar e entregar à Assembleia da República um relatório de avaliação do impacto do programa dos vistos *gold* no período de 2012 a 2021, 130/XV/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime jurídico da emissão de autorização de residência para investimento (vistos *gold*) e do Projeto de Resolução n.º 78/XV/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, por forma a permitir a operacionalização da plataforma *online* e a submissão de requerimentos *online* de vistos *gold* para fins imobiliários nas Regiões Autónomas da Madeira, dos Açores e no interior.

No quarto ponto, temos a discussão dos Projetos de Lei n.ºs 68/XV/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, eliminando várias isenções de que os partidos políticos beneficiam, 42/XV/1.<sup>a</sup> (PSD) — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) e terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos), 102/XV/1.<sup>a</sup> (IL) — Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho), 110/XV/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reduz o

financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais (oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho), 116/XV/1.ª (PAN) — Revoga benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos e diminui os limites das despesas de campanha eleitoral, altera a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, 117/XV/1.ª (PAN) — Aumenta a transparência das contas dos partidos e dos orçamentos das campanhas eleitorais e assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos dispõe de uma estrutura orgânica estável, alterando a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais e a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e 123/XV/1.ª (BE) — Introduce medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais (oitava alteração à Lei 19/2003, de 20 de junho).

Do quinto ponto consta o debate dos Projetos de Lei n.ºs 25/XV/1.ª (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano, 118/XV/1.ª (BE) — Reconhecimento de contratos de arrendamento (oitava alteração ao novo Regime do Arrendamento Urbano), 119/XV/1.ª (BE) — Pela estabilidade nos contratos de arrendamento (septuagésima oitava alteração ao Código Civil), 128/XV/1.ª (PAN) — Procede à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não discriminação no acesso à habitação e 131/XV/1.ª (CH) — Procede à alteração do Regime do Arrendamento Urbano.

Do sexto ponto consta ainda a discussão solicitada pela Comissão de Assuntos Europeus do parecer sobre a iniciativa «Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política».

Chamo a atenção para o facto de que, por acordo na Conferência de Líderes, a reunião de sexta-feira começará, excepcionalmente, às 9 horas e 30 minutos.

As votações regimentais, como é normal, ocorrem no fim da ordem do dia.

Muito obrigado e bom feriado.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 31 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.